

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, nesta vila de Coruche, Pavilhão
Desportivo Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em sessão ordinária, cuja
Mesa era composta pela sua Presidente Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos e pelo Pri-
meiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão (Partido Socialista)
Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
Ana Teresa de Sousa David, Artur Fernando Salgado, Patrícia Sofia Rosão Tadeia, Joa-
quim Gonçalves Banha e Isabel Maria Marques Martins (Partido Socialista)
Rui Miguel Friezas Aldeano, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Armando Rodrigues,
Sofia Isabel da Cunha Marques e Luís Alberto Ferreira (Coligação Democrática Unitária)
Joaquim Rodrigo Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Partido
Socialista), José de Jesus Joaquim (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Partido Socia-
lista), Ortelinda da Conceição Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coli-
gação Democrática Unitária), Paulo de Oliveira Matias (Presidente da Junta de Freguesia de San-
tana do Mato - Partido Socialista), Anacleto António de Oliveira (Presidente da Junta de Fregue-
sia de São José da Lamarosa - Partido Socialista) e Nuno José Silva Guilherme Henriques Aze-
vedo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra -
Partido Socialista).
Não estavam presentes o Segundo Secretário Filipe Claro Justino e os seguintes Deputa-
dos Municipais: Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Osvaldo More-
no Neves, José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista), Fernando Aníbal Serafim (Coli-
gação Democrática Unitária), Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias, Francisco Artur Gomes
Gaspar e Sérgio Miguel Lourenço Nunes (Partido Social Democrata)
A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de
conformidade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro:
O Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles fez-se substituir por Fernando
Carlos da Silva Cardoso, membro a seguir na lista do Partido Socialista
O Deputado Municipal Joaquim Filipe Coelho Serrão fez-se substituir por Rafael José
Ferreira Gomes, membro a seguir na lista do Partido Socialista
O Segundo Secretário Filipe Claro Justino fez-se substituir por Ana Cristina Rebotim
Azinhaga, membro a seguir na lista do Partido Socialista
O Deputado Municipal Fernando Aníbal Serafim fez-se substituir por Luís António Mar-
ques de Oliveira, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária
O Deputado Municipal Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias fez-se substituir por Nuno
Miguel da Silva Tadeia Figueiredo, que ainda não estava presente
Verificado o quórum, com a presença de vinte e dois membros, a Presidente da Assem-



bleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, com a seguinte C)r-
dem do Dia:	
PONTO UM - PLANOS DE GESTÃO DOS AÇUDES DO MONTE DA BARCA E DA AGOLAD	A -
FASE 4 - FINAL;	
PONTO DOIS - PLANO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO E EDITAL/REGULAMENTO DE CO)N-
CESSÃO DA ZONA DE PESCA LÚDICA DA PISTA DE PESCA DE CORUCHE;	
PONTO TRÊS - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS	S E
DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, NOS TERMOS DO DECA	RE-
TO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, NO ANO DE 2021;	
PONTO QUATRO - CONTRAPARTIDA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA MEDIDA DE ILUN	MI-
NAÇÃO LED EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS, INTEGRADA NO PLANO DE PROMOÇÃO DA EFICIÊNO	LIA
NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA 2017/2018;	
PONTO CINCO - PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA I	EM
OBRA DO ANO DE 2020, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A COMUNIDADE I	IN-
TERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO;	
PONTO SEIS - III ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2021;	
PONTO SETE - III ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2021;	
PONTO OITO - PROJETO DE DECISÃO - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA APO	OIO
AO ESTUDO NO ANO LETIVO DE 2020/2021;	
PONTO NOVE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO,	
Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara Francisco Silvestre de Oliveira e os V	Ve-
readores Maria de Fátima Raimundo Galhardo, José Aníbal Ferreira Novais, Célia Maria Ar	sé-
nio Barroso, António Manuel Moreira da Silva e Valter Peseiro Jerónimo	
Justificação de Falta:- A Presidente da Assembleia deu conhecimento do pedido de j	us-
tificação de falta da Deputada Municipal Mara Lúcia Lagriminha Coelho, à presente sessão	
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	
APROVAÇÃO DE ATA DE SESSÃO ANTERIOR:- A Presidente da Assembleia c	Ю-
locou à apreciação a ata da sessão ordinária de 13 de novembro de 2020	
Não havendo qualquer alteração à ata por parte dos Deputados Municipais, a Preside	nte
da Assembleia colocou a mesma à votação	
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata	
Não participaram na votação, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Proce	di-
mento Administrativo, o Primeiro Secretário e os Deputados Municipais Patricia Tadeia, Lilia	ına
Sousa e Paulo Matias	
A Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência com	1 0



registo n.°s 37 a 67, cujo mapa foi distribuído a todos as Deputados Municipais
A partir deste momento, os Deputados Municipais Francisco Artur Gomes Gaspar,
Sérgio Miguel Lourenço Nunes e Nuno Miguel da Silva Tadeia Figueiredo, passaram a par-
ticipar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e vinte e sete minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e cinco membros
A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
A Deputada Municipal Ortelinda Graça apresentou, em nome do Grupo Municipal da Co-
ligação Democrática Unitária, a Moção - Suplemento de Penosidade e Insalubridade, que a
seguir se transcreve:
"O artigo 24.° da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do
Estado para o ano de 2021, prevê a atribuição de um Suplemento de Penosidade e Insalubridade
aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional que desempenhem as
funções descritas nesse preceito
A norma constante do artigo referido, é de aplicação imediata aos respetivos destinatá-
rios, não carecendo de qualquer regulamento adicional
Estando a aprovação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, exclusivamente, de-
pendente de decisão das autarquias locais e sabendo que a Câmara Municipal de Coruche já en-
vidou esforços nesse sentido, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de
abril de 2021, aprova:
Recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Coruche para que seja célere na defi-
nição e deliberação da aplicação desta medida, com retroativos desde janeiro de 2021
Saudar os trabalhadores do Município de Coruche pela conquista do direito ao Suplemen-
to de Penosidade e Insalubridade, direito que resulta da reivindicação e luta dos trabalhadores da
Administração Local ao longo de 23 anos
A Assembleia Municipal de Coruche afirma-se convicta que com a atribuição do Suple-
mento de Penosidade e Insalubridade contribuiremos, verdadeiramente, para dar corpo e voz às
justas reivindicações dos trabalhadores e das suas organizações sindicais e em simultâneo para
uma melhoria efetiva da vida de todos os que dele irão usufruir."
O Deputado Municipal Artur Salgado apresentou a Saudação - Recordar o 25 de Abril
47 anos depois, que a seguir se transcreve:
"Senhora Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Vogais e excelentíssimo público aqui presentes
Nos últimos 47 anos Portugal, após o processo de descolonização conheceu um processo



de democratização e de desenvolvimento democrático que nos fez aproximar do espaço demo
crático europeu em que nos viemos a integrar a partir de 1986
O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico movimento dos capitães e realização
histórica do povo português pôs fim a um regime fascista, destruidor de vidas e profundament
desrespeitador dos direitos humanos e do direito internacional
A Revolução de Abril de 1974 alterou decisivamente o panorama político interno portu
guês e contribuiu para o fim do nosso isolamento internacional, pondo fim a uma ditadura fascis
ta de 48 anos de obscurantismo, de miséria, de tortura e de perseguições e prisões por razões d
ordem política
Comemorar Abril é não esquecer a libertação de presos políticos, o desmantelamento d
PIDE e da Legião Portuguesa, é a conquista do direito à greve e à liberdade sindical, o direito a
salário mínimo nacional, ao subsídio de desemprego, ao alargamento das pensões de reforma
Recordar Abril é homenagear os fundadores do Serviço Nacional de Saúde, que perant
uma pandemia tão grave e assustadora soube contribuir para amenizar as perdas de milhares d
portugueses e amenizar a saúde pública de milhões de portugueses
Todos somos testemunhas dos momentos dramáticos que nestes quase dois anos temo
vivido por efeito da pandemia. Contudo os esforços dos nossos governantes, da oposição e
contributo do poder local tudo fizeram para que houvesse solidariedade entre as empresas, o
trabalhadores e o Estadotrabalhadores e o Estado
Neste quadro convém recordar os esforços e o papel muito meritório que o poder loca
tem feito para o desenvolvimento económico e social das suas populações
Outro aspeto que consideramos que vai corroendo o nosso regime democrático é a su
premacia dos aspetos financeiros e do capital que se vão sobrepondo aos do trabalho, com gra
dual enriquecimento de uns poucos à custa dos sacrifícios, suor e dos direitos de milhões de tra
balhadores e de suas famílias.
Também as desigualdades, o trabalho precário de milhares de jovens e o envelhecimento
das nossas populações são mazelas que vão corroendo a democracia e que deverão obrigar o po
der político a olhar para estes setores com olhos de solidariedade a fim de os minorar com mai
proximidade, transparência e justiça social nas decisões que têm que tomar
Pela memória, com liberdade responsável, na construção social do futuro com esperanç
e com justiça
Muito obrigado
Viva o 25 de Abril
Viva Portugal."
A Presidente da Assembleia colocou à apreciação a Moção - Suplemento de Penosidade



Insalubridade
O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Devido ao 25 de Abril foi possível fazer
1.º de Maio em liberdade, porque até aí era feito na clandestinidade, com a colaboração d
CGTP, que tinha sido fundada em 1970
Penso que é importante recordar essa situação e faço questão que fique em ata
A Presidente da Assembleia salientou que o Grupo Municipal do Partido Socialista está
solicitar 5 minutos para reunir
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Compreendo a necessidade de o Partido So
cialista solicitar 5 minutos para reunir. Contudo, queria chamar a atenção que a Moção não pro
põe nada do outro mundo
É uma realidade que foi aprovado o Suplemento de Penosidade e Insalubridade e que
para ser aplicado aos Assistentes Operacionais
É uma realidade que a Câmara Municipal já está a desenvolver o processo
A Moção é um apelo à Câmara Municipal para que, dentro da medida do possível, aceler
o processo, porque o Suplemento de Penosidade e Insalubridade entrou em vigor a 1 de janeiro
de 2021 e já estamos a chegar ao mês de maio
Não há aqui qualquer outra intenção
É um apelo desta Assembleia Municipal e que eu considero justo
Há pouco, o Deputado Joaquim Banha falou em relação à CGTP, e muito bem, dada
importância que teve para se comemorar o 1.º de Maio e pela conquista de direitos
Acho que devemos saudar os trabalhadores do Município, porque durante 23 anos estive
ram em muitas lutas, fizeram muitas greves que lhe custaram muitos dias sem salário para teren
direito ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade, apesar de não ser bem este o suplemento
que pretendíamos, mas uma solução mais abrangente
Penso que nos fica bem, enquanto eleitos da Assembleia Municipal, dizermos aos traba
lhadores que reconhecemos o resultado dessa luta e que os saudamos, porque isso também é 2.
de Abril, é melhorar as condições de vida das pessoas e valorizar o trabalho dos trabalhadores
A Presidente da Assembleia referiu: Vou suspender os trabalhos, a fim de conceder a
Partido Socialista os 5 minutos que foram solicitados
Após os 5 minutos, a Presidente da Assembleia retomou os trabalhos, passando a palavr
à Deputada Municipal Isabel Martins
A Deputada Municipal Isabel Martins referiu: A bancada do Partido Socialista concorda
reitera o apoio à presente Moção para que os trabalhadores da Câmara Municipal possam ser re
munerados no que toca à atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade
A Câmara Municipal nada tem contra, pelo contrário, sempre esteve na defesa dos seu



trabalhadores
Certamente que a Câmara Municipal fará o procedimento de acordo com aquilo que está
estipulado na legislação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Penso que é justo aquilo que está a ser
proposto e, naturalmente, que nós votaremos a favor
A Senhora Presidente da Assembleia disse que o Partido Socialista tinha pedido 5 minu-
tos para reunir. Gostava que a Senhora Presidente nos informasse quem é que pediu os 5 minu-
tos, uma vez que não houve nenhuma intervenção
A Presidente da Assembleia referiu: Quem pediu os 5 minutos foi a Deputada Isabel Mar-
tins, dado que, hoje, é quem está em representação da liderança da bancada do Partido Socialista.
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Os 5 minutos foram pedidos por SMS
ou de braço no ar?
A Presidente da Assembleia referiu: Foram pedidos pela Deputada Isabel Martins de bra-
ço no ar
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: De braço no ar é para pedir 5 minutos?-
Daqui a pouco, eu vou pedir 5 minutos de braço no ar
A Presidente da Assembleia referiu: Não vamos entrar por aí, como se pede 5 minutos
De seguida, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção - Suplemento de Pe-
nosidade e Insalubridade
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Por lapso, não foi mencionado na Moção,
mas se não houver qualquer inconveniente, pretendíamos que a mesma fosse enviada à Câmara
Municipal de Coruche, aos Sindicatos representativos dos trabalhadores e à comunicação social
local e regional
A Presidente da Assembleia referiu que a Moção será enviada às referidas entidades
O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou, em nome do Grupo Municipal da Coli-
gação Democrática Unitária, a Declaração - 25 de Abril de 2021, que a seguir se transcreve:
"Passados 47 anos do 25 de Abril, data histórica que marcou o início da Revolução em
Portugal, já muito foi dito pelos defensores de Abril e de tudo o que comporta em si de valores,
ideais e materialização de conquistas civilizacionais, mas também por aqueles que de forma mais
ou menos declarada sempre estiveram contra a revolução e até por aqueles que se encontram de-
siludidos com a política em geral e o nosso quotidiano enquanto povo
Considerando mesmo que, hoje, esta nossa jovem democracia, ainda com menos um ano
que a ditadura fascista sua antecessora, batalha pela verdade e para que enquanto povo não vol-
temos a trilhar a escuridão da repressão fascista



Muito foi dito sobre o 25 de Abril, mas muitos já se esqueceram e muitos felizmente não
conheceram o que significa viver na longa noite fascista: a fome, a miséria, a inexistência de di-
reitos laborais, a obrigação da subserviência da mulher ao homem, a guerra que ceifou milhares
de vidas e arruinou muitos mais milhares de vidas, a prisão, a tortura, os homicídios, a corrupção
ao mais alto nível, o racismo, a xenofobia, a ignorância em que o povo era mantido, etc
Abril, conquistado a pulso por décadas de luta e sacrifício, culminou com o golpe militar
seguido pela explosão de alegria, determinação e vontade de mudança do povo português
Aqui mesmo, neste concelho, foram décadas de luta contra o regime fascista. Luta por
melhores condições de trabalho, pelo fim das farsas eleitorais, pelo pão, pela democracia. Lutas
que no Couço conduziram a mais 200 anos de prisões políticas e 200 horas de tortura
É também a estes homens e mulheres, entre outros, que hoje devemos tudo o que temos
enquanto estado democrático, pois contra todas as mentiras, lutaram e resistiram para manter
abertas as portas que Abril abriu e a nossa Constituição da República confirmou há 45 anos atrás.
Abril não é só liberdade de expressão, não é só liberdade de escolha dos representantes
políticos (não que seja pouco importante), Abril é educação pública para todos, Abril é justiça,
Abril é liberdade de associação sindical, Abril é reformas, é salário mínimo nacional, são direitos
laborais, é um sistema de segurança social, um serviço nacional de saúde, o poder local de pro-
ximidade, Abril é a garantia do respeito e igualdade para todos independentemente do sexo,
igualdade ou credo
Abril foi também reforma agrária e a nacionalização da banca, necessárias para que o país
continuasse a produzir sem bloqueios da minoria que ansiava voltar atrás. No nosso concelho
foram essas frentes que permitiram que muitos trabalhadores tivessem pela primeira vez uma
casa de banho, que pela primeira vez na história houvesse uma ambulância e uma creche no
Couço
Abril foi e é cravo vermelho e não de outra cor, pois representa a história que escreve-
mos, tudo o que conquistamos e o caminho que a nossa Constituição da República preconiza pa-
ra a nossa vida enquanto povo
Foi com o espírito de Abril, a conquista da autonomia do poder local e com o entusiasmo,
compromisso com o povo e militância política de homens, como o Diamantino Marques Rama-
lho, preso político, resistente antifascista e Presidente da Câmara Municipal de Coruche, que me-
lhorámos as acessibilidades para todos os pontos do concelho, que o saneamento, a eletricidade e
a água canalizada chegaram a todo o concelho de Coruche, dando aos coruchenses a dignidade
que merecem enquanto seres humanos
A Revolução de Abril deu-nos tanto, que passados 47 anos e mesmo com inúmeras trai-
ções e ataques, no último ano e meio, foram a Escola Pública, o SNS e a Segurança Social as



grandes garantias que o povo português teve face à epidemia da COVID-19 e consequente crisc
socioeconómica
Não fosse o SNS e mais portugueses teriam morrido, não fosse a Segurança Social o
mesmo aqueles que criticam o estado social, não teriam qualquer fonte de rendimento
Não fosse a Escola Pública e mais crianças teriam ficado completamente desacompanha
das
Abril deu-nos muito, mas hoje mais do que nunca, precisa de nós que conhecemos o pas
sado e acreditamos na Revolução de Abril, para continuar a luta pela consagração dos direitos
emanados do 25 de Abril de 1974
Em 2021 e provavelmente nos próximos anos não basta dizer: cuidado com os populis
mos, cuidado com as forças de extrema direita, etc. (curiosamente os mesmos que em 2007 es
cancararam a porta à entrada de indivíduos da direita mais reacionária na vida política do conce
lho e que inclusivamente apoiaram a reposição do busto de um ministro fascista responsável pela
criação do Tarrafal e da PIDE)
Não basta falar de obras e de supostas boas intenções, é necessário resolver os graves
problemas que o povo e os trabalhadores enfrentam e que levam cada vez mais gente a desacre-
ditar na democracia
Ao poder político é exigível que seja sério, que cumpra com o que promete e que acabo
com a pobreza crescente, garanta mais e melhores serviços públicos gratuitos e universais para
todos, que garanta o cumprimento da legislação laboral, que salvaguarde o meio ambiente, que
contribua para o reacreditar na justiça económica, social e até judicial
Claramente as opções políticas tomadas até agora pelos diversos governantes têm desilu
dido e empobrecido o nosso povo
Com o 25 de Abril invertemos a situação de miséria que se vivia em Portugal. Contudo
décadas de más políticas fizeram com que hoje 33% dos trabalhadores sejam pobres. Existen
milhares de famílias em que 30€/mês fazem a diferença na sua subsistência mensal
Quem o afirma é o mais recente estudo, cuja pertinência não está em causa, de uma fun
dação que é financiada por um conhecido grupo de distribuição que paga salários baixos e tem a
sua sede fiscal na Holanda, que pelos vistos também não tributa o descaramento
Claramente não foi para isto que se fez o 25 de Abril. Dúvidas haja, bastava ver os milha
res de trabalhadores que saíram da miséria com a criação do salário mínimo nacional em 1974
(3.300 escudos)
Encaminhando-me para o fim, dizer-lhes que é verdade que o 25 de Abril não tem donos
mas é inegável que tem construtores e militantes da sua causa
Tal com em 1959 aquando as prisões políticas contra a fraude eleitoral no Couço, tal co-



mo hoje quando o PCP defende a necessidade de nos libertarmos dos constrangimentos da União
Europeia em matérias tão simples como a aquisição de vacinas contra a COVID-19, certamente
amanhã estaremos na primeira linha de batalha pela defesa dos valores e dos direitos de Abril
O apelo que deixo em nome da CDU a esta Assembleia é que contribua ativamente para
melhorar as condições de vida do povo e dos trabalhadores é que defenda os valores de Abril e
as suas conquistas tal como são e não como alguns gostariam que fosse, com menos estado e
mais lei da selva
Que lutemos pelas questões mais gerais como a reposição das freguesias, contra a delega-
ção forçada de competências no poder local, pelo reforço de meios humanos e materiais no SNS,
pelo combate à corrupção em qualquer estrato da sociedade, pela garantia da escola pública para
todos, pelo combate à pobreza, mas também que lutemos e cumpramos com aquilo que nos diz
respeito no nosso concelho. Lutemos e reivindiquemos, independentemente da maioria da cor
política do governo e estaremos a concretizar um feito maior em prole das populações e da res-
posta às suas necessidades
Não percamos mais tempo no que está ao nosso alcance e aplique-se com brevidade o
suplemento de penosidade e insalubridade, evitando defraudar as expetativas dos trabalhadores
do Município relativamente a este suplemento que resulta de uma luta com 23 anos
Devemos esse empenho, a nós próprios enquanto herdeiros das conquistas de Abril, aos
reformados que no passado dia 25 de Abril, no Couço, se emocionaram a ver a bandeira de Por-
tugal ao som da "Grândola Vila Morena" e devemos isso aos nossos filhos que não queremos
que passem por aquilo que os nossos pais e avós passaram antes da nossa Revolução do 25 de
Abril
Por fim e não menos importante, um apelo à participação nas comemorações do 1.º de
Maio, Dia Internacional do Trabalhador, que em período de crise económica e social se reveste
de especial importância, no sentido de reivindicar melhores condições de vida e de trabalho que
contribuam para o desenvolvimento do país e para que este volte a alinhar-se pelos trilhos de
Abril."
O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou, em nome do Grupo Municipal do
Partido Social Democrata, a Declaração 25 de Abril Sempre! Também em Coruche, que a
seguir se transcreve:
"Assinalámos no passado domingo o 47.º aniversário do 25 de Abril de 1974
Data marcante da nossa história recente, em que se comemora a liberdade, o pluralismo e
a democracia
Por todo o país podemos ver cerimónias e sessões solenes evocativas, onde os princípios
de Abril foram reforçados e onde a democracia participativa e representativa foi glorificada



Mas 47 anos depois, em Coruche, este reduto socialista, no sul do Ribatejo, a única preo-
cupação é silenciar a oposição e censurar fotografias, de forma bafienta e ao estilo de outros
tempos
Afinal do que tem medo esta maioria? Será da verdade?
Na nossa terra, os tiques são ao pior modo de 24 de Abril de 74, só se faz obras e inves
timentos a 6 meses das eleições, carrega-se no alcatrão, mesmo onde não é preciso, desde que
seja visível, abandonam-se as aleias e os que estão mais longe, pois aí pode haver buracos e la
ma
Em Coruche temos uma maioria, que quando não está a fazer festas, a tirar "selfies" ou a
dar entrevistas, não sabe o que fazer!
E por falar em entrevistas, ainda há dias, enquanto o Senhor Presidente dizia em direto na
televisão "não filme aquele prédio que está embargado", a GNR era chamada à porta da E.B.2/3
devido à falta de organização e planeamento, mas sobre isso nem uma palavra
É verdade que este estilo tem contribuído para calar alguns, que até são advertidos pelo
telefone, mas quanto mais vozes se calam, mais regride o nosso concelho, mais abandonado esta
e apenas a vida de uns, os mais próximos do poder, continua a melhorar
47 anos depois do 25 de Abril, temos dos piores indicadores do distrito:
2.º concelho que mais perde população;
15.° em poder de compra;
3.° com menor investimento público;
Falta habitação;
Falta emprego;
Faltam oportunidades;
A maioria dos jovens sai para estudar e já não têm condições para voltar
E o que faz a maioria para inverter isto? Promessas
Promessas de incubadoras e espaços de co-working;
Promessas de mais empresas e empregos;
Promessas de urbanizações nas freguesias;
Promessas de habitação para os jovens;
Promessas de reabilitação urbana;
Promessas de melhoria da Mobilidade;
Promessas de novos núcleos escolares
Promessas e mais promessas, que nos 9 meses anteriores às eleições aumentam ao melhor
estilo da arte do engano.
Mas a realidade está lá fora e é bem diferente de todas estas promessas, que têm muitos



anos
Penso que neste momento já todos percebemos do que tem medo esta maioria! É mesmo
da verdade
O mundo mudou e em Coruche tudo continua a ser feito da mesma maneira, ao mesmo
ritmo, sem imaginação, organização ou planeamento
Soubemos ontem que o governo socialista, colocou o concelho em "Alerta", podemos já
na próxima semana regredir nas medidas de confinamento, com enormes impactos para a nossa
economia local, a restauração, os comerciantes e a população, e o que disse ou fez a maioria so-
bre o assunto? Nada
Temos das maiores taxas de mortalidade por COVID, superior a 6%, quando a média é
inferior a 2%, com 64 óbitos a lamentar, e o que disse a maioria? Nada
47 anos depois do 25 de Abril, temos um concelho em regressão e parado no tempo
Precisamos de recuperar o tempo perdido, precisamos de um concelho dinâmico, atrativo
e moderno, que os ventos de outono nos tragam esperança, um novo estilo, cerimónias plurais, a
abertura à sociedade civil, visão de futuro e um forte espírito democrata
O nosso concelho precisa de mais e melhor
Neste momento, deixo hoje a minha homenagem a todas as vítimas da pandemia, aos pro-
fissionais das diferentes áreas da sociedade que há 14 meses trabalham de forma incansável e por
vezes até à exaustão, aos que continuaram a trabalhar adaptando as suas vidas à nova realidade e
aos que perderam o emprego
Deixo ainda a minha solidariedade aos nossos comerciantes, à restauração, aos pequenos
produtores e a todos os que viram os seus negócios e rendimentos afetados pelo confinamento
Por fim o meu agradecimento aos funcionários do Município que mantiveram a sua dedi-
cação e empenho, como podemos ver nesta reunião e nas anteriores
Viva o 25 de Abril Sempre, também em Coruche."
O Deputado Municipal Nuno Figueiredo referiu:- A minha questão tem a ver com a falta
da criação de emprego no nosso concelho
No dia 20 de abril de 2021, surgiu uma notícia no Jornal "O Mirante", que Almeirim iria
receber a base logística da "Mercadona", que é uma conhecida cadeia de retalho. Estamos a falar
de 420 m ² , não é coisa pequena, a qual irá criar dezenas de postos de trabalho
Esse artigo refere que Cartaxo e Santarém eram outros concelhos interessados em acolher
esta infraestrutura
O nosso Município teve algum contacto e interesse em acolher esta infraestrutura?
Neste âmbito não será importante a intervenção do Gabinete de Apoio ao Investidor?
Quem consultar o site da Câmara Municipal de Coruche e procurar o Gabinete de Apoio ao In-



vestidor, o que faz é enviar links para os apoios gerais do Governo e para a venda de terrenos na
Zona Industrial de Coruche
Penso que se nós queremos melhores empregos para Coruche e melhor trabalho, devía-
mos ter uma atitude mais proativa neste sentido
O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Saúdo os documentos do PS e da CDU
sobre o 25 de Abril, os quais enaltecem essa data. Com Abril a liberdade a que nós chegamos
Quando se ignora, como o PSD, a situação em que estava o nosso país e o nosso conce-
lho, antes do 25 de Abril
Devemos enaltecer Abril e o avanço que nós temos hoje, como consta nos diferentes do-
cumentos do PS e da CDU
De facto, fico pasmado quando o PSD apresenta este documento, mas enquanto Governo
nunca cumpriu a Lei das Finanças Locais
É preciso haver mais incentivos para que as autarquias a nível nacional se possam desen-
volver, mas não foi essa a colaboração dos governos da direita, sempre procuraram atrofiar a Lei
das Finanças Locais. Também tiveram a coragem de acabar com cerca de 1.000 freguesias. É de
ficarmos pasmados. Que Abril é esse que esta gente queria se continuassem muito mais tempo
no poder? Temos o exemplo das autarquias onde estão, aqui bem próximo, qual é o desenvolvi-
mento
O Deputado Municipal Rafael Gomes referiu: Uma das situações contempladas na última
fase do desconfinamento foi a retoma das atividades desportivas e coletivas para a população
mais jovem dos escalões de formação, sendo obrigatório um teste negativo à COVID-19 para
todos os atletas que reiniciem as suas atividades. Qual é que foi o papel da autarquia na testagem
da população jovem?
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A minha intervenção prende-se com
uma situação que me foi reportada em relação à Unidade de Saúde Familiar, de alguns médicos
passarem à condição de aposentados e de terem ficado centenas de utentes sem médico de famí-
lia. Creio que se não forem tomadas medidas esta situação pode assumir contornos preocupantes.
O executivo devia indagar junto da Administração Regional de Saúde ou do Ministério da Saúde,
pressionando para que nesta área não tenhamos uma regressão
Recordo que o concelho de Coruche, em termos de cobertura de médicos de família,
sempre teve uma situação muito estável, se tivermos em conta o contexto dos concelhos à nossa
volta
Considerando que os médicos atingem a idade de reforma e têm todo o direito de se re-
formar, o que nós temos é de exigir é a colocação de novos médicos para que os agregados fami-
liares tenham o seu médico de família



Queria sugerir que o executivo tomasse as devidas medidas, ou havendo alguma perspeti-
va de solução que nos fosse prestada a devida informação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Queria comentar o comentário que me
foi dirigido pessoalmente
A Associação Nacional de Municípios Portugueses é presidida pelo Presidente da Câmara
Municipal de Coimbra, que é do Partido Socialista, o qual emanou, há quatro meses, um docu-
mento que foi distribuído pelos autarcas, a criticar fortemente o Governo por não estar a cumprir
a Lei das Finanças Locais. Pensei que era sobre isto que o senhor do Partido Socialista fosse fa-
zer referência. Infelizmente, falou daquilo que se passou há muitos anos atrás. Podia ter falado
do Orçamento do Estado que está em vigor
Tenho pena que esse senhor do Partido Socialista não tenha pedido desculpa a todos nós
por ter apoiado um Primeiro-Ministro que foi acusado de corrupção. Esse senhor do Partido So-
cialista podia ter-nos feito esse favor, uma vez que, em 2011, esteve no Monte da Barca a apoiar
esse senhor que foi agora acusado de ser corrupto, apesar de ter sido ilibado de outras coisas, foi
acusado de seis crimes. É a primeira vez que se passa esta situação na História de Portugal. Acho
que é um momento vergonhoso para todos os portugueses
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Relativamente à notícia que surgiu na comunicação so-
cial a propósito da localização no concelho de Almeirim de uma superfície de revenda que per-
tence a uma cadeia espanhola de supermercados, do conhecimento que eu tenho, nada é efetivo.
Essa companhia de supermercados espanhola percorreu cinco concelhos na tentativa de se insta-
lar e ainda não concretizou a instalação em nenhum concelho
É óbvio que são boas notícias, não só para o concelho de Almeirim, mas para a nossa re-
gião, efetivar-se a instalação dessa superfície de revenda em 2023, ao nível da criação de postos
de trabalho e do desenvolvimento económico, dado que estamos num território iminentemente
agrícola, sendo importante a comercialização dos produtos agrícolas, quer em termos da econo-
mia, quer em termos de empregabilidade
Em concreto, o meu colega resolveu comunicar essa notícia
Eu também podia ter chamado a comunicação social e dizer que, no âmbito do nosso
Parque Empresarial, concorreram duas empresas e que apresentaram um plano de negócios de 90
ou 100 milhões de euros e que vão criar vários postos de trabalho, mas acho que é prematuro.
Gosto de comunicar as coisas com certezas objetivas e absolutas. Não gosto de criar expetativas.
Trabalho com certezas e, claramente, que quando for para lançar a primeira pedra comunicarei
aquilo que é a dimensão do investimento e o número de postos de trabalho que serão criados
No que toca ao Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Económico, de facto, é um



Gabinete de Apoio ao Empresário, ao nível da atividade industrial e da atividade económica. No
que tem a ver com o comércio, está a dar um grande apoio ao Programa "Lojas com Gente", que
abrange um conjunto de atividades, as quais durante a pandemia estiveram de porta fechada. Por
outro lado, é proativo na divulgação do nosso território enquanto área privilegiada para a locali-
zação de grandes empresas. Diz-se que parece uma agência imobiliária, não é uma agência imo-
biliária, é uma agência de negócios para a fixação de empresas e para a criação de emprego, por-
que é isso que todos nós pretendemos
É óbvio que se mais área industrial nós afetarmos ao desenvolvimento económico no nos-
so concelho, com toda a certeza que mais emprego criamos, mais economia desenvolvemos,
mais capacidade temos de fixar população. Acho que é esse o objetivo comum desta Assembleia
Municipal e que nem sequer serve para fazer política, porque é uma necessidade absoluta para
este concelho. No momento que nós atravessamos, isso não é singular no concelho de Coruche, é
transversal a todo o país e a todo o mundo.
Havia a perspetiva daquilo que era o desenvolvimento económico não só do concelho,
mas do país, com a fixação de empresas internacionais, mas claramente que a pandemia trouxe
um retrocesso ou, pelo menos, abrandou muitas iniciativas que se avizinhavam
Em relação à retoma das atividades desportivas, penso que o Deputado se está a referir a
um protocolo que foi estabelecido entre a Câmara Municipal de Coruche e a Associação de Fu-
tebol de Santarém, no sentido de disponibilizarmos instalações e meios técnicos para fazer os
testes aos atletas de formação do Coruchense, do CAD, dos Búzios e de todas as associações que
se disponibilizaram. Das 106 inscrições, foram testados 97 atletas no Pavilhão Desportivo, de
certa forma para controlar a rede de transmissão do vírus, face àquilo que é a incidência que te-
mos no nosso concelho. Foi essa a nossa colaboração, além de outras que temos vindo a desen-
volver e que eu terei oportunidade ao longo da sessão de transmitir e o que tem sido o papel do
Município no combate à pandemia.
É de exigir o aumento da disponibilidade de vacinas, porque todos sabemos que a imuni-
dade só se atinge com o reforço da vacinação no nosso concelho
Felizmente, os dados são animadores, estamos abaixo de cento e vinte caso por cem mil
habitantes, que é no fundo o indicador daquilo que é o nível de risco de cada um dos Municípios.
Considerando que, hoje, tivemos menos quatro casos, estamos abaixo de cento e vinte por
cem mil habitantes
Os dados nas plataformas da Saúde a nível nacional e os registos distritais ou locais não
estão suficientemente afinados. A nível nacional os registos estão mais elevados do que aqueles
que efetivamente se passam, dado que a recolha é através de plataformas eletrónicas e há um
conjunto de dados que depois checa a informação e não monitoriza as situações já resolvidas ou



tratadas
Relativamente à falta de médicos de família na nossa Unidade de Saúde Familiar, subs-
crevo essa preocupação do Senhor Deputado Armando Rodrigues
A indicação que eu tenho é que está em vir uma médica para a Unidade de Saúde Famili-
ar que se encontra numa situação de gravidez e que por esse motivo ainda não assumiu funções
Aquilo que disse o Senhor Deputado Armando Rodrigues é completamente verdade, por
que a nossa Unidade de Saúde Familiar sempre foi de referência e continua a sê-lo. Também em
termos remuneratórios é compensador para os médicos estarem nesta Unidade de Saúde Famili-
ar, dado que têm um nível de classificação superior e permite-lhes auferir mais salário, portanto
continua a ser preferencial por essa razão
Penso que nós não atravessaremos aquilo que foi a agonia de alguns municípios em rela-
ção à falta de médicos para os seus utentes
A nossa Unidade de Saúde Familiar além de servir os utentes do concelho, serve utentes
de Marinhais, Glória do Ribatejo e Salvaterra de Magos no modelo de consulta aberta, o que sig-
nifica que a disponibilidade de serviços no Centro de Saúde de Coruche vai muito para além da-
quilo que são os utentes do nosso concelho. Ainda assim, é de assumir esta preocupação face
àquilo que é o nível etário de alguns médicos no Centro de Saúde de Coruche
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO UM - PLANOS DE GESTÃO DOS AÇUDES DO MONTE DA BARCA E
DA AGOLADA - FASE 4 - FINAL:- Foi presente o ofício n.º 1357, de 18 de fevereiro de
2021, da Câmara Municipal de Coruche, anexando os Planos de Gestão dos Açudes do Monte da
Barca e da Agolada - Fase 4 - Final, que foram aprovados, por unanimidade, em sua reunião or-
dinária de 17 de fevereiro de 2021, os quais ficam a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Estamos a falar dos Planos de Gestão do Açude da Ago-
lada e do Açude do Monte da Barca e a falar da versão final do documento que contempla as
versões iniciais de caraterização e de identificação das espécies arbóreas e da fauna, mas também
de um conjunto de diplomas de ordenamento do território. Ao qual estes documentos estão sub-
jacentes, isto é, o Plano de Gestão da Paisagem Protegida dos Açudes da Agolada e do Monte da
Barca está subjacente a um conjunto de diplomas que, de certa forma, fazem o enquadramento
com o qual estes documentos têm de se enquadrar em termos de caraterização
Não podemos esquecer aquilo que era a regulamentação que legislava estes dois açudes e
que foi extinta. No entanto, foi criada a possibilidade da identificação destes dois espaços como
Paisagem Protegida de Interesse Local, que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, a qua



previa a preservação das espécies e dos habitats naturais, a proteção e a valorização da paisagem,
a promoção da investigação científica indispensável ao desenvolvimento do conhecimento dos
valores naturais numa perspetiva de educação ambiental, também sempre numa componente re-
lacionada com a investigação
Não basta aprovarmos a estratégia que está vertida nestes dois documentos, é preciso de-
finir um conjunto de ações que surgem como indicadores a esse conjunto de ações e que pressu-
põe a concertação, não só com os proprietários, mas também encontrar aquilo que são as áreas
nas Universidades que fazem investigação e um conjunto de parceiros para dar corpo às ações
que estão identificadas nestes documentos
Estão, também, quantificadas as intervenções financeiras correspondentes a cada uma das
ações propostas, fundamentalmente um conjunto de ações que têm de ser levadas a cabo pela
Câmara Municipal, pelos proprietários e outros parceiros, de certa forma para proteger este pa-
trimónio que é esta Paisagem Protegida de Interesse Local, para preservar o espelho de água, a
paisagem e a fauna existente nestes dois espaços e permitir o usufruto por parte das populações,
isto é, para que se consiga esta concertação com o intuito de se devolver aos coruchenses a pos-
sibilidade da permissão plena, obviamente condicionada às regras vertidas nestes Planos de Ges-
tão para a utilização destes dois espaços. É claro que nos espaços de área protegida a sua utiliza-
ção está sempre condicionada a um conjunto de regras de preservação do meio ambiente
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
A Deputada Municipal Sofia Marques referiu: Consigo quase na íntegra ler o que diz res-
peito ao Açude da Agolada pela ligação que tive mais efetiva por esta área
Dou os parabéns à equipa que fez estes Planos de Gestão, estão muito detalhados, muito
completos e conseguem abranger tudo o que diz respeito ao enquadramento da parte biológica,
quer seja a fauna, a flora e a paisagem
A parte importante é como estes Planos de Gestão vão ser implementados nos respetivos
espaços
Penso que é muito importante, desde o início, a participação dos proprietários, sobretudo
em relação ao Açude da Agolada, pois é fundamental para as ações se concretizarem
Não basta um Plano de Gestão. Não basta ser bonito no papel. Não basta documentos
com mais de 100 páginas. O importante é uma relação com os proprietários, não sei se tiveram
acesso a estes documentos, julgo que possam ter tido acesso aos mesmos, porque estamos a falar
de uma área que é privadade uma área que é privada
É importante perceber se estes Planos de Gestão vão ser cumpridos com rigor
Podíamos, em relação a estas duas Paisagens Protegidas de Interesse Local, que já foram



nacionais, tê-las como uma imagem de Coruche, mais do que a Capital da Cortiça
Efetivamente, estes dois espaços dizem muito a quem sente Coruche e é importante para
os coruchenses estes dois espaços, os quais têm potencial
Que estas ações saiam do papel, que agarremos este processo com muita força e que lu-
temos por estes dois açudes até ao fim, porque não são só duas áreas protegidas que nós temos
também é Coruche que está representado
Quando eu era jovem tive oportunidade de fazer as minhas férias no Açude da Agolada e
tenho muitas memórias para a minha vida e era importante que essas memórias fossem passadas
às gerações futuras
Alguns habitats estão destruídos por causa da agricultura e da má gestão por parte do
proprietário
Acho que era importante ser cumprida a revitalização de habitats que têm potencial e que
são de conservação prioritária
Acho que o Açude da Agolada podia ser uma mais valia para esta sentida identidade de
recuperação de Coruche.
De uma vez por todas que consigamos recuperar estes dois açudes a sério para que seja
uma imagem da marca de Coruche e para sentirmos de novo a nossa terra
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Em 2010, deliberámos na Assem-
bleia Municipal aprovar o aviso que classificava os Açudes da Agolada e do Monte da Barca
como Áreas de Paisagem Protegida e que responsabilizava a Câmara Municipal pela sua gestão,
sem prejuízo, como foi dito pelo Senhor Presidente, de serem contratualizados acordos com os
proprietários
Creio que nenhum acordo foi protocolado, de modo que, dez anos depois, temos estas
duas áreas, com o interesse que todos lhe reconhecemos, ambiental, paisagístico e de lazer,
abandonadas
Como disse a Deputada Sofia Marques, não basta termos dois documentos que são estu-
dos técnicos muito bem elaborados e bem detalhados, se não houver a responsabilidade da ges-
tão, que agora é da Câmara e dos proprietários, ou se não houver da parte da Câmara uma posi-
ção mais proativa, mais exigente, nestas duas áreas protegidas
Estas ações não podem continuar só no papel
Na prática, os coruchenses continuam a não poder usufruir destes dois açudes
É bom sublinhar que estes dois açudes são de enorme importância turística, ambiental e
paisagística para o concelho e para aqueles que nos visitam e serão uma mais valia se a Câmara
investir nos mesmos e se se empenhar no cumprimento destes Planos de Gestão, persuadindo
também os proprietários e estabelecendo com eles as responsabilidades que constam nestes Pla-



nos de Gestão. Caso contrário, continuaremos sem poder usufruir dos açudes
Eu também passei algumas tardes nestes dois açudes quando os meus filhos eram muito
pequeninos
Chamava a atenção para a página 107, do Plano de Gestão do Açude da Agolada, sobre a
análise que é feita pelos técnicos, onde colocam os pontos fortes e os pontos fracos, sobretudo o
abandono, a degradação, o vandalismo de infraestruturas existentes de apoio à visitação e ao re-
creio e lazer e a fragmentação da vegetação
Eu diria que são quase 20 anos de abandono. Já aqui tenho dito, e volto a dizer, que o
Partido Socialista quando chegou à Câmara Municipal votou ao abandono estas duas áreas pro-
tegidas, as quais eram o ex-libris do concelho de Coruche no plano ambiental, de recreio e lazer
e paisagístico
Estes documentos são importantes se lhe for dada importância. Quem é que lhe tem de
dar importância? É o executivo municipal, particularmente a maioria que governa a Câmara Mu-
nicipal
Da nossa parte, vamo-nos abster na votação destes dois documentos
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Estes dois espaços foram durante mui-
tos anos um cartão de visita e uma área de reconhecimento e de divulgação do concelho de Co-
ruche, quando verdadeiramente o nosso concelho atraía turismo, quando não tínhamos nomes
pomposos, mas tínhamos espaços que cativavam as pessoas e tínhamos um ambiente que cativa-
va as pessoas
Nos anos 80 e 90, e até anteriormente, pessoas de toda a parte do país procuravam estes
dois espaços. Recordo-me perfeitamente quando fui estudar para Lisboa que quase todos os
meus colegas diziam que conheciam Coruche e que já tinham estado nestes dois espaços
Como todos sabemos, com os executivos do Partido Socialista deixámos de poder usufru-
ir destes dois espaços, não só a população do concelho, mas também milhares de pessoas que nos
visitavam
Também os equipamentos estão ao abandono, os espaços estão desoladores e é triste que
assim seja quando nós tínhamos capacidade de atração de turismo. Hoje não temos. Hoje inves-
timos nesse nome e nessa bandeira, mas não conseguimos cativar pessoas. Na altura, atraímos
turismo quando era nosso, era natural, era identitário. Penso que todos nós usufruímos destes
açudes durante alguns fins de semana ou na sexta-feira antes da Páscoa, em que era habitual ir-
mos à pesca.
Estes espaços estão ligados às nossas tradições, às nossas raízes e também a momentos
importantes de crescimento e ainda à área do turismo, quando tínhamos pessoas nos restaurantes,
pessoas nas ruas, quando ao domingo a vila não era deserta, quando ao sábado a partir da 1 hora



da tarde a vila não era deserta, porque as pessoas usufruíam dos açudes e depois deslocavam-se
aos restaurantes, faziam movimento e gastavam cá dinheiro e era muito bom para a atividade
económica
Infelizmente, com o Partido Socialista perdemos estes espaços e temos os equipamentos
abandonados e destruídos
Espero que estes documentos possam, de alguma forma, contribuir para valorização des-
tes dois açudes, naturalmente em conjunto com os proprietários, e que se consiga disponibilizar
novamente estes açudes, que são espaços fantásticos, à população
Naturalmente que votaremos a favor deste ponto
A Deputada Municipal Isabel Martins referiu: Efetivamente, é um documento bem elabo-
rado
A minha questão coloca-se em relação à alínea c), no que se refere à utilização por parte
dos utentes e visitantes, designadamente, casas de banho, espaços de reunião e outro tipo de
equipamentos destinados a piqueniques e à confeção de alimentos
Quanto à questão da propriedade, embora sejam espaços que estejam inseridos no conce-
lho de Coruche, são privados. Todos sabemos os anos de luta e de reivindicação por parte dos
proprietários em relação a estes espaços e à não utilização da forma como vinha sendo feita pelos
particulares
Na minha opinião, a utilização era de massa e perfeitamente lesiva para os espaços e sem
qualquer respeito pela natureza e também para os proprietários
Coloco ao Senhor Presidente da Câmara esta questão que para mim é muito importante,
se a aplicação destas medidas que estão elencadas na alínea c) carecem de aprovação e de con-
sentimento dos proprietários e em que medida é que vão ser feitas
Sabemos que em todos os concelhos do nosso país, dentro da aplicação das regras do
PDM, é extremamente difícil os proprietários em determinadas zonas terem qualquer tipo de atu-
ação, porque os espaços estão de tal maneira definidos. Em algumas grandes propriedades os
proprietários apenas podem usá-las para a agricultura e pouco mais. Por vezes, os proprietários
querem fazer turismo e estão limitados, querem fazer uma habitação um bocadinho maior e estão
impedidos. Parece-me que é difícil os proprietários perceberem que não podem usufruir dos seus
espaços de uma forma plena, mas depois esses espaços são invadidos por terceiras pessoas
Vou votar favoravelmente este documento, mas tenho muitas reticências e preocupa-me
esta alínea c) e acho que deve ser tratada com muito bom senso e com muita colaboração, enten-
dimento e respeito pela propriedade privada e que são espaços lindíssimos e que temos mesmo
de preservar
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Os meus camaradas Armando Rodrigues e



Sofia Marques já colocaram aqui o ponto de vista da CDU
Acho que há alguma confusão na Assembleia Municipal. Há questões que temos de ter
presentes. Nós estamos aqui não em defesa dos interesses deste ou daquele proprietário em con-
creto, mas na defesa dos interesses da população e do concelho de Coruche
Acho que é consensual nesta Assembleia Municipal a perda do acesso aos Açudes da
Agolada e do Monte da Barca, bem como todos os esclarecimentos presentes neste relatório téc-
nico, que efetivamente está bem feito
Estamos a falar de zonas classificadas que podem ter outro nome hoje, mas é um facto
que ninguém lá entra, porque os proprietários bloquearam o acesso, quer no Açude da Agolada,
quer no Açude do Monte da Barca, do lado de Santana do Mato
Relativamente aos equipamentos que existiam em 2002 e 2003 eu não vi a Câmara "le-
vantar uma palha" quando os proprietários destruíam os mesmos e gradualmente se foram apro-
priando de uma utilização que era pública. O que aconteceu aqui não foi o inverso, não foi a
Câmara Municipal, não foram os coruchenses e os visitantes, que vinham cá deixar dinheiro na
nossa terra, que invadiram e destruíram estes dois espaços
Leiam a Carta das Nações Unidas relativamente à água. A água é pública, a água não tem
propriedade e é absolutamente criminoso proibir o acesso à água
No Açude do Monte da Barca a entrada do lado de Santana do Mato foi gradada, foram
cortadas árvores, foram destruídos bancos e mesas. O que é que a Câmara Municipal fez? Nada.
Estamos a falar do acesso a um bem público e que todos concordamos que deve voltar a ser pú-
blico
Podem vir à Assembleia Municipal documentos técnicos muito bem elaborados, o papel
suporta tudo, mas aquilo que é preciso é que seja demonstrado pela Câmara Municipal, e pelo
Partido Socialista, o que é que pretendem fazer para reverter a situação e devolver os açudes à
população do concelho de Coruche, obviamente com os serviços da Câmara Municipal a assegu-
rarem a manutenção, a limpeza, a segurança balnear, a segurança contra incêndios, etc
Vamo-nos abster na votação deste ponto, já não acreditamos, pois a Câmara não fez nada
nestes 19 anos de gestão do Partido Socialista, pelo contrário, alienou-se da discussão e permitiu
que os proprietários daqueles terrenos retirassem o acesso à população
Eu não me esqueço quando me cobraram 5 € para entrar no Açude da Agolada e quando
o vigilante da propriedade me disse que o portão estava fechado, mas se fosse por bem podia sal-
tar o portão. Estamos a falar de terrenos que podem ter proprietários, mas que, efetivamente, es-
tavam com uso público
Acho que a Assembleia Municipal deve ter a preocupação de devolver os açudes, o aces-
so à água e ao seu espaço envolvente, aos coruchenses. Tudo o resto, todas as considerações,



deixemos isso para o debate, para a discussão
Obviamente que não queremos destruir o que existe nestes dois açudes. Certamente que
hoje, sem qualquer controlo, estará tudo muito pior. Não tenhamos pena dos proprietários, por
que eles têm feito o seu papel sem quererem saber dos coruchenses.
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: É uma matéria muito importante para todos nós, mas es-
tamos a querer contar uma nova história e eu não permitirei que se conte uma nova história
Eu também fiz lazer no Açude da Agolada e frequentei o circuito de manutenção do Açu-
de da Agolada
Não me queiram agora vir dizer que o Açude da Agolada e o Açude do Monte da Barca
são mais vossos do que são meus ou dos restantes habitantes do concelho de Coruche e levanta
a bandeira dos açudes. Não, os açudes são do concelho de Coruche, são dos coruchenses, são de
todos nós, mas houve alguns que os afundaram
Há pouco, o Deputado Francisco Gaspar falou nos anos 80, não foi nos anos 80, foi no
ano de 1998 que foi movido um processo contra a Câmara Municipal por desleixo e abandono do
Açude da Agolada, por acampamentos selvagens, excursões clandestinas e outras utilizações, o
que levou a que fosse feito um acordo de utilização daquele espaço
Também o desleixo do Açude do Monte da Barca levou a que os proprietários cortassem
os caminhos e que a Câmara Municipal metesse uma ação em Tribunal e que perdesse essa ação
dado que são efetivamente terrenos e caminhos privados e porque entrou em litígio com os pro-
prietários
O que nós estamos a fazer hoje é a repor aquilo que os senhores estragaram, porque não
cuidaram, não preservaram, não fizeram a manutenção
O que nós estamos a fazer hoje é um acordo com os proprietários
Os proprietários foram envolvidos no processo desde o primeiro dia que nós visitámos os
açudes, desde o primeiro dia que se fez o esboço de planeamento que os proprietários estiveram
presentes, desde o dia que se aprovou, no Observatório do Sobreiro e da Cortiça, todo este con-
junto de normas que os proprietários estiveram presentes
Em relação ao Açude da Agolada, o processo poderá ser mais fácil, porque é apenas um
proprietário
Quanto ao Açude do Monte da Barca são vários proprietários que estão envolvidos neste
processo. Hoje, temos acesso ao mesmo do lado do Rebocho, porque os proprietários da Ferre-
nha deixaram esse acesso, sacrificando parte da sua área
O acesso ao Açude do Monte da Barca era do lado do Pingalim. No entanto, os senhores
deixaram que o proprietário ganhasse a ação em Tribunal



Hoje, não vale a pena vir aqui levantar a bandeira dos Açudes da Agolada e do Monte da
Barca e de defensores do ambiente, da biodiversidade, da natureza, do turismo da excursão, por-
que foi o turismo da excursão que deu cabo do Açude da Agolada
Posso fazer referência ao Processo n.º 136/1998, Réu: Câmara Municipal de Coruche.
Quem é que estava a governar os destinos do concelho de Coruche em 1998? Não era a CDU?
Eu acho que era a CDU
O que estamos a fazer hoje e o que temos vindo a fazer é porque os terrenos são privados
e se não acordarmos com os proprietários, no intuito de revertermos esta situação, a preservação
paisagística e ambiental destes ecossistemas, onde estão os espelhos de água
Hoje em dia, ninguém consegue à força demover um proprietário de um bem que é priva-
do e sobre o qual ele tem direitos, é impossível, isso era noutros tempos. Nós só o conseguimos
demonstrando a bondade destes projetos de preservação daquele bem que é de todos. É isso que
nós queremos, é preservar a floresta, seja o montado de sobro, seja o pinheiro manso, seja a ve-
getação arbórea, seja as galerias ripícolas, seja as espécies piscícolas, enfim, toda a componente
da biodiversidade que compõe esses espaços, mas para isso os proprietários têm de estar de
acordo. Não é rasgando caminho e partindo vedações que conseguimos, é conversando
Concordo que não basta estar no papel, é preciso passar à ação. Estes Planos de Gestão
têm vertido um conjunto de ações que temos de implementar, temos de pôr em prática, porque é
urgente que possamos retomar, mas retomar com regras, em relação ao número de utilizadores,
ao número de viaturas que podem aceder aos espaços, a comportamentos e à utilização das
águas. Não é com barcos a motor a fazerem disparates, não é com construções em alvenaria em
espaços de áreas protegidas. O que está previsto é respeitar aquilo que são estas paisagens en-
quanto ambientes naturais e respeitar um conjunto de instrumentos de ordenamento do território
sobre os quais estes Planos estão vertidos
Não me venham dizer que a história é outra. A história ainda está documentada e é aquela
que eu acabei de dizer, não é outra coisa
O que estamos a fazer com este documento é a corrigir o mal que alguns fizeram
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor (quinze do PS e três do
PSD) e sete abstenções da CDU, nos termos do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, e do
artigo 25.° n.° 1 h) da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os Planos de Gestão dos Açu-
des do Monte da Barca e da Agolada - Fase 4 - Final
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração de voto:
O Senhor Presidente da Câmara fez uma intervenção acalorada, fazendo insinuações que



acho que não lhe ficam bem, mas eu não lhe irei responder na mesma letra
O que nós aqui dissemos tem a ver com aquilo que conhecemos do histórico.
No tratamento deste dossier, ao fim de 20 anos, os senhores apresentam isto de uma for-
ma um bocado indelicada
Em 1998, o Vereador com o pelouro do ambiente e com a responsabilidade dos Açudes
do Monte da Barca e da Agolada era o seu antecessor do Partido Socialista
A Presidente da Assembleia salientou: Senhor Deputado, não sendo uma declaração de
voto, fica como uma intervenção
O Deputado Municipal Artur Salgado apresentou a seguinte declaração de voto:
Queria fazer uma declaração de voto a favor destes planos
Contradizendo as palavras acaloradas, eu tenho conhecimento num escritório de advoga-
dos
A minha posição é igual à do Senhor Presidente
O Senhor Presidente Dionísio Mendes apanhou o comboio em andamento e esteve a tra-
tar da ação num escritório onde eu trabalhava em 2002 e a ação já vinha de trás
Não podemos acreditar nas mentiras que são aqui ditas, além da deselegância, vem agora
dizer que o pelouro era do Vereador do Partido Socialista. Isso não se admite
A Deputada Municipal Sofia Marques apresentou a seguinte declaração de voto:
Nós acreditamos que é possível discutir este assunto na Assembleia Municipal
O que nós dissemos é que não estamos ainda a acreditar no Partido Socialista, que este
consiga revitalizar os açudes
O Deputado Municipal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto:
Eu votei a favor e com o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara julgo que a As-
sembleia Municipal ficou esclarecida
Só queria acrescentar àquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara que deixaram tam-
bém fechar a estrada real que dava acesso do lado de Santana do Mato, só o nome diz tudo. Na
altura, era um Presidente de Junta de Freguesia da CDU.
PONTO DOIS - PLANO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO E EDI-
TAL/REGULAMENTO DE CONCESSÃO DA ZONA DE PESCA LÚDICA DA PISTA
DE PESCA DE CORUCHE:- Foi presente o ofício n.º 2232, de 19 de março de 2021, da Câ-
mara Municipal de Coruche, anexando o Plano de Gestão e Exploração e Edital/Regulamento de
Concessão da Zona de Pesca Lúdica da Pista de Pesca de Coruche, que foram aprovados, por
unanimidade, em sua reunião ordinária de 17 de março de 2021, os quais ficam a fazer parte in-
tegrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presi-



dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com a aprovação do Plano de Gestão e Explo-
ração da Zona de Pesca Lúdica, no sentido de darmos corpo àquilo que é a concessão da zona de
pesca desportiva na frente ribeirinha, cuja vigência estava a expirar e era necessário tratarmos
deste Plano de Gestão e Exploração, de forma a obtermos por mais 10 anos a respetiva conces-
são
Este documento foi produzido pela Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão
Cinegética e Biodiversidade e, também, tem incorporado um Regulamento que define um con-
junto de regras de utilização da pista de pesca
No fundo, é um documento regulador da atividade piscatória em termos lúdicos e despor-
tivos no nosso rio
Propõe-se a aprovação destes documentos para que possamos fazer a gestão, num período
de 10 anos, de acordo com as regras que estão definidas nos mesmos
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Temos uma frente ribeirinha fabulosa
que nos permite a pesca lúdica e que é aproveitada por várias associações
Há uma questão que me tem sido colocada, várias vezes, que é a falta de condições para
os pescadores, nomeadamente, a não existência de casas de banho e infraestruturas de apoio. Es-
tamos a falar de uma frente ribeirinha, numa extensão de cerca de 3 km, que tem casas de banho
no Parque do Sorraia e agora no Parque 25 de Abril e no Blue Bar (que são do próprio espaço)
Está previsto algum investimento para melhor as condições de quem quer usufruir deste
espaço?
É um espaço fantástico que nós temos no nosso concelho e que pode ser um cartão de
visita, mas quem quer dele usufruir queixa-se que não tem condições
Não se quer dar uma resposta? Não se pensou? Não se planeou? É o costume
É uma das questões principais que pode impedir o uso completo deste espaço fantástico
que nós temos em Coruche
A Deputada Municipal Isabel Martins referiu: O nosso rio e esta frente ribeirinha são um
cartão de visita da vila de Coruche
Recordo com alguma saudade os dias dos concursos de pesca a nível nacional e interna-
cional, com os pescadores desportivos ao longo do rio, numa e noutra margem. De facto, era um
espetáculo delicioso e de que muita gente ainda fala, eram concursos que eram bem conhecidos a
nível nacional e internacional
A falta de infraestruturas é preocupante. Uma vez que já temos a parte ribeirinha do outro



lado da vila tratada e com uma possibilidade maior de acesso por parte dos pescadores e de mais
visitantes, faria sentido aumentar um bocadinho a oferta de infraestruturas
Quando percorro a pé as margens do Rio Sorraia, daqui até ao Couço, é um espetáculo
maravilhoso, um caminho delicioso, mas preocupa-me e fico muito triste quando vejo lixo acu-
mulado que é deixado pelos agricultores e quando vejo aquelas margens cheias de arvoredo e
não se consegue chegar ao rio. Está previsto alguma intervenção nesse sentido?
A Deputada Municipal Ortelinda Graça referiu: Estou extremamente agradada com este
Plano de Gestão e Exploração e Regulamento de Concessão da Zona de Pesca Lúdica de Coru-
che, mas tenho de lembrar que o Rio Sorraia se forma na freguesia do Couço, mais propriamente
em Santa Justa, e que temos uma pista de pesca com condições excecionais para a prática deste
desporto e que também já se fizerem vários concursos a nível mundial. Realmente o Rio Sorraia
tem de ser olhado como um todo e tem de começar precisamente no sítio onde nasce
Congratulo-me com os documentos que vamos aprovar, mas espero que dentro em breve
também os possamos fazer para a pista de pesca de Santa Justa e, também, uma limpeza ao nível
das margens do nosso rio
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Compreendo as intervenções que dizem respeito a este
nosso ex-líbris, que é o Rio Sorraia e que banha a nossa vila de Coruche e os campos do Vale do
Sorraia e que enriquece a nossa agricultura
O rio quere-se com a sua naturalidade
Sabemos aquilo que tem sido um conjunto de alterações ao nível do relevo dos campos
agrícolas, os emparcelamentos e as alterações climáticas, que têm alterado em muito aquilo que
são as nossas linhas de água e as suas estruturas arbóreas, que são importantes para a manuten-
ção das margens do rio, caso contrário, corremos o risco do que aconteceu na margem esquerda,
por intervenção do homem ou por intervenção da natureza, que estava completamente pelada.
Fruto da Requalificação da Margem Esquerda do Rio Sorraia temos um conjunto arbustivo em
toda a linha da frente urbana que tem o objetivo de embelezar paisagisticamente e de consolidar
as margens do rio
Ao longo do percurso do rio temos alguns problemas estruturais, devido àquilo que não
tem acontecido e que aconteceu este ano, as cheias, as quais fazem a limpeza do rio, das linhas
de água e são enriquecedoras para os campos agrícolas. Obviamente que a não existência de
cheias leva a que no leito do rio surjam salgueiros e outros infestantes
Os Municípios de Coruche e Benavente estão a trabalhar em conjunto com a Agência
Portuguesa do Ambiente para desenvolver um plano estratégico de intervenção no Rio Sorraia,
que em primeira instância tinha a ver com uma espécie invasora, os jacintos-de-água, mas agora



também contempla a manutenção e conservação ao longo das margens do Rio Sorraia
Na próxima quarta-feira, vai ocorrer uma reunião entre os dois municípios e a Agência
Portuguesa do Ambiente para percebermos qual é a tipologia de intervenção que está prevista
para o Rio Sorraia. Neste momento, estamos livres dos jacintos-de-água, mas assim que o rio
baixar e a temperatura aumentar os jacintos-de-água que estão escondidos dentro dos arbustos
voltam a aparecer no rio. Temos de encontrar soluções, sejam elas naturais ou artificiais, para
combater esta praga
Quanto ao lixo que se encontra acumulado junto ao rio, infelizmente, é uma realidade. Eu
não diria que é dos agricultores com essa certeza, diria que é um mau comportamento cívico dos
cidadãos que espalham lixo, quer sejam resíduos de construção ou demolição, quer sejam resí-
duos de outro tipo. De facto, os agricultores têm de cumprir com um conjunto de objetivos em
termos de regras ambientais, caso não cumpram, são sancionados, mas não quer dizer que não
poderá haver algumas situações desse tipo
Salvo a intervenção do Deputado Francisco Gaspar quando é realista e que não vem en-
venenada, mas é impossível obtermos do Deputado Francisco Gaspar uma intervenção que não
traga uma carga de veneno e que acaba por destruir a bondade da intervenção
No que toca às famosas instalações sanitárias que foram referidas pelo Deputado Francis-
co Gaspar, permita-me que lhe diga que, efetivamente, existe um conjunto de instalações sanitá-
rias ao longo da frente urbana do rio e sempre que há eventos de pesca desportiva promovidos
por associações ou coletividades e há Campeonatos da Europa ou do Mundo, como já aconteceu,
a Câmara coloca instalações sanitárias, por forma a satisfazer os pescadores. Há casas de banho
no Jardim 25 de Abril, no Blue Bar e no Parque do Sorraia. Admito que os pescadores gostam de
estar em áreas mais isoladas, mas não é possível colocar uma casa de banho ao pé de cada grupo
de pescadores
É fácil identificarmos lacunas, mas não é tão fácil identificar ações para as realizar. Não
estou a ver na margem do rio onde é que podíamos construir instalações sanitárias para servir os
pescadores nesta extensão de 2 Km
O Rio Sorraia nasce no Couço, bem sabemos que é em Entre-Águas, com a junção do Rio
Sôr e do Rio Raia, conhecemos a história do nosso Rio Sorraia
No âmbito da transferência de competências para a Junta de Freguesia, o espaço de me-
rendas junto ao rio é na eminência de criar um espaço fluvial. Estamos empenhados em melhorar
a zona de pesca e também a construção de um açude, por forma a termos um espelho de água
para se poder pescar e logo que as condições o permitam, assim o faremos
O documento para a concessão da zona de pesca pode ser tratado pelo Município ou pela
Junta de Freguesia



A beleza do nosso rio só existe porque o executivo do Partido Socialista fez uma obra que
se chama Açude Ponte. Quando o executivo do Partido Socialista cá chegou o que existia era
uma espécie de barragem
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 25.°, n.° 1, alíneas h) e
g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Plano de Gestão e Exploração e Edi-
tal/Regulamento de Concessão da Zona de Pesca Lúdica da Pista de Pesca de Coruche
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TRÊS - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS
MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SO-
CIAL, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, NO ANO
DE 2021
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Em relação a este ponto, queria transmitir a esta Assemblaia para que não baja equívaças, que é para votar não accitor a transferência de competências
bleia, para que não haja equívocos, que é para votar não aceitar a transferência de competências.
A Presidente da Assembleia referiu: Vou voltar a frisar aquilo que digo em todas as Assembleias em que trazamos trazamos trazamos de competências que que não posso colorar um assur
sembleias em que trazemos transferências de competências, que eu não posso colocar um assun-
to na Ordem do Dia com a indicação do sentido de voto. Portanto, o assunto é este que consta na
Ordem do Dia e o que é presente para votarmos é que a Câmara entende não aceitar a transferência de competências
Obviamente que nós votaremos contra a aceitação da transferência de competências, mas
não posso colocar na Ordem do Dia o sentido de voto, que nós todos defendemos para o bem-estar das nossas populações.
O Presidente da Câmara referiu: Eu tomei a liberdade de fazer esta observação porque
este assunto irá vir à Assembleia de forma continuada, até que nos consigam impingir aquilo que
nós não queremos. Provavelmente, terá de ser presente mais uma ou outra vez.
Na última vez criou aqui alguma perplexidade em relação ao sentido de voto e como sei
que existe unanimidade neste ponto, tomei a liberdade de fazer esta observação
Este ponto tem a ver com a transferência de competências no domínio da Ação Social e
tendo em conta que saiu matéria legislativa depois da última tomada de posição nesta Assemblaia Municipal com conjunto da Portorias é entendimento que a Câmera a a Assemblaia Muni-
bleia Municipal, um conjunto de Portarias, é entendimento que a Câmara e a Assembleia Muni-
cipal se devem pronunciar sobre a aceitação ou não da transferência de competências no domínio
da Ação Social, a fim de se comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 60
dias



A Camara na sua reuniao de 31 de março de 2021, deliberou, por unanimidade, nao acei-
tar a transferência de competências no domínio da Ação Social no ano de 2021
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Estou de acordo que digamos não à
transferência de competências no domínio da Ação Social, conforme estive sempre de acordo
com as anteriores deliberações, de não aceitarmos a transferência de competências que foram
presentes à Assembleia Municipal
Pena é como decorreu o processo de transferência de competências sobre a remoção de
amianto nas escolas por parte do Governo para a Câmara Municipal. Gostava que o Senhor Pre-
sidente informasse quando é que vem o dinheiro do Governo do seu partido
O Deputado Municipal Francisco Gaspar: Queria começar por saudar o Senhor Presidente
por ter feito referência àquilo que me parece óbvio e que devia vir na convocatória, que é votar a
deliberação da Câmara Municipal de não aceitar a transferência de competências. Penso que cla-
rificava o que vamos fazer e não dizia o sentido da votação. No entanto, a Mesa persiste, não va-
le a pena perder mais tempo sobre esta discussão
No Período de "Antes da Ordem do Dia", quando se falava sobre as transferências do
Governo e da Lei das Finanças Locais, estava à espera de uma intervenção claríssima e forte a
condenar a atitude do Governo de continuar a chutar as suas responsabilidades para as autarqui-
as
Este Governo tem sido ligeiro em fazê-lo nos últimos anos, e como disse o Senhor Presi-
dente, e que eu subscrevo integralmente, em querer impingir as suas responsabilidades sem
transferir as verbas associadas.
É algo perfeitamente normal por parte do Governo esta falta de respeito pelo Poder Local.
Pressiona as autarquias para assumirem responsabilidades que são suas de uma forma que é ver-
gonhosa e que é um ataque claríssimo ao Poder Local
Acho estranho, é a primeira vez esta noite, que não há nenhuma inscrição dos eleitos do
Partido Socialista. Aparentemente, este impingir do Governo não leva a nenhuma reação. Con-
cordam com esta violência, não há outra palavra, que está a ser feita sobre as nossas autarquias
Claro que votaremos como foi votado na reunião de Câmara
Subscrevo integralmente aquilo que o Senhor Presidente disse na sua intervenção, prova-
velmente, vamos ser novamente bombardeados com coisas deste género, mas temos de estar uni-
dos contra estes ataques vergonhosos que continuam a ser feitos, mês após mês, ao Poder Local.
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do Decre-



to-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e
após a publicação das Portarias n.ºs 63/2021, 64/2021, 65/2021 e 66/2021, de 17 de março, apro-
var a não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades
intermunicipais no domínio da Ação Social, prevista no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agos-
to, no ano de 2021
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUATRO - CONTRAPARTIDA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA MEDI-
DA DE ILUMINAÇÃO LED EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS, INTEGRADA NO PLANO DE
PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA 2017/2018:-
Foi presente o ofício n.º 2229, de 19 de março de 2021, da Câmara Municipal de Coruche, ane-
xando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada, por unanimidade, em sua reunião
ordinária de 17 de março de 2021, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se da contrapartida do Município de Coruche no
âmbito da medida de iluminação Led em edifícios públicos, integrada no Plano de Promoção da
Eficiência no Consumo de Energia Elétrica 2017/2018, ou seja, de uma candidatura que foi efe-
tuada pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e que o Município de Coruche apre-
sentou a sua candidatura para um conjunto de edifícios, no montante de 9.577,34 €
Atingimos uma poupança de 48%, face ao montante inicial
A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo fez o investimento da contrapartida na-
cional e agora está a pedir a contrapartida do Município de Coruche naquilo que diz respeito à
componente não financiada
Esta medida de iluminação Led em edifícios públicos foi para intervir no Observatório do
Sobreiro e da Cortiça, no Mercado Municipal e no Quartel dos Bombeiros Municipais
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, a
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência para a Comunidade
Intermunicipal da Lezíria do Tejo das verbas respeitantes à contrapartida municipal no âmbito da
medida de iluminação LED em edifícios públicos, integrada no Plano de Promoção da Eficiência
no Consumo de Energia Elétrica 2017/2018, no valor de 1.915,47 €
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO CINCO - PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SE-



GURANÇA EM OBRA DO ANO DE 2020, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRA-
DO COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO:- Foi presente
o ofício n.º 2230, de 19 de março de 2021, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta
sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada, por unanimidade, em sua reunião ordinária de 17
de março de 2021, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com um protocolo que a Câmara Municipal
de Coruche celebrou com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no sentido de ser
disponibilizado um Técnico da Segurança e Higiene no Trabalho para acompanhar as empreita-
das que aconteceram no Município de Coruche
No ano de 2020, foi identificado um valor de 6.634,00 €, que se propõe que seja pago em
prestações trimestrais, no valor de 1.658,50 €, à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, a
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a despesa no âmbito do protocolo
relativo à coordenação de segurança em obra do ano de 2020 com a Comunidade Intermunicipal
da Lezíria do Tejo, no valor de 6.634,00 €, a ser pago em prestações trimestrais de 1.658,50 €,
durante o ano de 2020
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO SEIS - III ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2021:-
Foi presente o ofício n.º 2912, de 15 de abril de 2021, da Câmara Municipal de Coruche, ane-
xando a III Alteração às Grandes Opções do Plano de 2021, que foi aprovada, por maioria, em
sua reunião ordinária de 14 de abril de 2021, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara pediu autorização para fazer a apresentação em conjunto do Pon-
tos Seis e Ponto Sete
A Presidente da Assembleia autorizou a apresentação em conjunto aos Ponto Seis e Sete.
PONTO SETE - III ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2021:- Foi presente o ofí-
cio n.º 2911, de 15 de abril de 2021, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a III Alteração
ao Orçamento de 2021, que foi aprovada, por maioria, em sua reunião ordinária de 14 de abril de
2021, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata



O Presidente da Câmara referiu: Tendo em conta que a III Alteração às Grandes Opções
do Plano e ao Orçamento interferem na plurianualidade dos anos, é da responsabilidade da As-
sembleia Municipal a sua aprovação
Relativamente às Grandes Opções do Plano, destaco as seguintes rubricas em que foi ne-
cessário reforçar as verbas:
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, na Fajarda - face à revisão do projeto e à cor-
reção por parte do projetista dos valores da empreitada, ou seja, o custo não foi aquele que inici-
almente foi apontado, mas um valor superior, como tal, para lançarmos esta empreitada a con-
curso tínhamos de ter cabimento orçamental. A proposta é de aumentar a rubrica em 2021 em
26.000 € e em 2022 em 801.500 €
Implementação de Medidas para Eficiência Energética nas Piscinas Municipais - dado o
valor da empreitada colocada a concurso ser superior ao que estava previsto, ficamos sem verba
para fazermos a fiscalização e acompanhamento desta empreitada, como tal, propõe-se para 2021
um acréscimo de 13.000 € e para 2022 um acréscimo de 22.000 €, de forma a fazer face a esses
encargos, porque ainda não foi lançado o procedimento
Requalificação do Largo da Lamarosa - tinha um saldo disponível de 3.100 € e tendo em
conta a necessidade da revisão de preços é preciso acrescentarmos a esta rubrica 3.000 €
Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Júlio Maria de Sousa - é necessário reforçar
esta rubrica em 119.000 € no ano de 2022 para darmos cobertura aos 11 meses previstos para a
execução desta empreitada
As componentes associadas à fiscalização e à durabilidade da componente da fiscalização
têm tido nos últimos meses um aumento substancial, ou seja, uma equipa de fiscalização que
custava $2.500~\rm{e}$, por mês, composta por várias especialidades, agora anda na ordem dos $3.000~\rm{e}$,
por mês, o que é substancialmente mais caro, daí a necessidade de fazermos também um reforço
desta obra
Mobilidade para Todos na Calçadinha e Requalificação Paisagística - um reforço de
117.000 € em 2022 para termos verba disponível para acompanhamento da obra
Ao nível do Orçamento, é necessário fazer um reforço de 25.000 € com a componente da
Saúde, tendo em conta aquilo que são os encargos face à situação pandémica
Remodelação das Instalações Municipais - tendo em conta que esta componente está atra-
sada, subtraímos 85.000 €
Loteamento Habitacional da Erra - dado que ainda está indisponível para lançar a concur-
so no ano de 2021, subtraímos 30.000 € em 2021 e 424 .000 € em 2022
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais



O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Eu não gosto de fazer questões, mas de fazer
constatações
Constato que, e não sendo grande especialista na matéria, ainda não chegámos ao mês de
maio e já estamos na III Alteração às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento
Lembro que quando foi presente o Orçamento para 2021, discutimos aqui politicamente
que a Câmara Municipal não tinha uma estratégia definida, ora apontava uma obra, ora saltava
para outra obra e é isso que se continua a constatar. Na altura, falou-se, é só consultar a ata, que
os custos das obras estavam muito subvalorizados. O Senhor Presidente da Câmara queixava-se
que havia dificuldade. Deixem-me passar a expressão, só empresas incumpridoras é que concor-
riam. Estamos a ver que não é possível orçamentar e ter definido quais são as obras que vão ser
executadas, de forma a não andar sempre a alterar o Orçamento
Não sei como é que é nos outros municípios, mas por este andar vamos chegar a dezem-
bro com doze alterações às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento
O problema de valorização das obras é enorme. Em relação ao edifício "das corujas",
quem ganhou a obra foi a empresa que não conseguiu cumprir o prazo da empreitada de Reabili-
tação do Edifício Multifamiliar na Rua Direita/Travessa do Monteiro, inclusivamente veio pedir
a isenção da caução. A responsabilidade é da Câmara que continua a incorrer no mesmo erro
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: No que diz respeito à estratégia, aquilo que são as nossas
identificações de prioridades estão vertidas no Plano Plurianual de Investimentos
O que se trata é de fazermos as alterações em termos de valores orçamentais para cada
uma das ações para as podermos desencadear, ou seja, prever no Orçamento as verbas necessá-
rias para dar corpo às ações que achamos que têm desenvolvimento num determinado ano eco-
nómico
Havendo obras que se atrasam, por circunstâncias várias, temos de dar prioridade a outras
obras, chama-se definir a estratégia em tempo real
As alterações às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento são possíveis
Obviamente que estamos a trabalhar em documentos viciados no sentido da realização
que não nos permite andar para a frente, isto é, para sermos o mais realista e eficaz na nossa ação
e se não fizéssemos alterações não conseguiríamos executar as obras
Nos outros municípios passa-se a mesma coisa
As alterações às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento são da competência da Câma-
ra. Eu não chamei a mim essa competência, porque acho que a Câmara deve ter conhecimento
sempre que há alteração no plano estrutural. Há colegas meus que têm essa competência e esses
documentos não são presentes à Câmara



A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor (quinze do PS e sete
da CDU) e três abstenções do PSD, nos termos da alínea a) do artigo 22.º do Decreto-Le
n.º 197/99, de 8 de junho, aprovar a III Alteração às Grandes Opções do Plano de 2021
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor (quinze do PS e sete
da CDU) e três abstenções do PSD, nos termos da alínea a) do artigo 22.º do Decreto-Le
n.º 197/99, de 8 de junho, aprovar a III Alteração ao Orçamento de 2021
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:
"O nosso sentido de voto é que claramente o que acabou de ser votado foi a navegação à
vista
Em quatro meses houve três alterações. É mais do mesmo, falta planeamento, falta orga-
nização, é isto que vamos ter até ao final do ano, daí a nossa abstenção."
PONTO OITO - PROJETO DE DECISÃO - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES
PARA APOIO AO ESTUDO NO ANO LETIVO DE 2020/2021:- Foi presente o ofício
n.º 1895, de 4 de março de 2021, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o
assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 3 de março
de 2021, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia salientou que o presente assunto é só para conhecimento da
Assembleia Municipal
De seguida, solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A aquisição destes meios informáticos resultou das me-
didas que foram implementadas pelo Governo para o combate à pandemia, designadamente para
as aulas não presenciais
A Câmara teve de fazer a aquisição de um conjunto de meios informáticos para os alunos
entre o 1.º e o 9.º ano, através do procedimento de ajuste direto, com recurso ao mecanismo da
lei especial, que permitiu fazer esta aquisição em tempo mais curto
Foram adquiridos 180 computadores nesta segunda fase, que ascenderam a 54.020,00 €
mais IVA. No ano anterior tínhamos adquirido 150 computadores. Estamos a falar de mais de
300 equipamentos que foram disponibilizados ao Agrupamento de Escolas para os escalões A e
B e, também, para outras situações
Neste momento, os meios informáticos estão a regressar ao Município, tendo em conta
que tivemos conhecimento, aquando do último Conselho Geral, que o Agrupamento de Escolas



recebeu do Ministério da Educação cerca de 500 computadores para emprestar aos alunos dos
escalões A e B, mas, também, a professores que não tinham meios informáticos ou que os mes-
mos não eram compatíveis com as ações de trabalho, estando já a proceder à entrega dos mes-
mos
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Esta é a única transferência de competências
a que a CDU não se vai opor, atendendo ao Estado de Emergência que vivemos no nosso país e
às dificuldades que as crianças teriam ao nível dos estudos
Todos temos de ter consciência na Assembleia Municipal que aquilo que se impõe é que
o Partido Socialista e a Câmara Municipal façam pressão sobre o Governo, porque é inconcebí-
vel a falta de acessibilidade às aulas que os alunos tiveram por não haver meios informáticos
disponíveis e condições ao nível da Internet.
Em 2020, o Governo prometeu que iria resolver a situação em 2021, mas teve de ser a
Câmara a resolver novamente o problema
Trata-se de uma transferência de competências encapotada, como outras que nós aqui re-
jeitámos. Obviamente que é um caso especial, porque as crianças não podiam ficar sem apoio.
No entanto, tem que se exigir responsabilidades políticas ao Governo, não podemos olhar para o
lado e a Câmara resolver o problema
O problema da transferência de competências não é só a questão do reforço financeiro.
Então para que é que existe o Estado Central? O Estado Central tem um conjunto de competên-
cias que lhes são delegadas através da Constituição da República e de que não pode abdicar, até
por uma questão de independência dos serviços
Em relação à transferência das competências da Educação ficámos melhor?
O Estado Central, pelas mãos dos vários Governos que vão fazendo a transferência de
competências, o que fazem é descarregar para as Câmaras o ónus da questão, nomeadamente, os
encargos com o pessoal para não terem as pessoas à porta dos Ministérios reivindicando pelo
aumento dos salários e as reparações das escolas
Quanto à aquisição de computadores, esperemos que não venha mais nenhuma pandemia
ou outra coisa do género, é bom relembrar o que se disse no "Período de Antes da Ordem do
Dia", que quem está no Governo que cumpra as promessas que prometeu sobre a aquisição dos
computadores. Não é agora, passados os Estados de Emergência e os confinamentos, que vão
entregar os computadores. Obviamente que continuam a fazer falta. Contudo, quando os alunos
mais precisaram é que deviam ter tido os computadores
É assim que as pessoas se vão sentindo defraudadas, é assim que o nosso dinheiro da



Câmara Municipal se vai gastando, tal como foi em relação à retirada do amianto nas escolas e a
que o Deputado Armando Rodrigues já fez referência
A saúde pública é da competência do Estado
A retirada do amianto nas escolas é da competência do Estado. Agora vamos ver quando
é que o Estado vai pagar à Câmara Municipal de Coruche, se é que chega a pagar, o valor dos
encargos com essas obras
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: A crítica que posso fazer ao executivo
apesar de se ter substituído ao Governo, é por ter procedido à retirada do amianto tardiamente
Não vou pôr em causa minimamente aquilo que nos foi apresentado aqui hoje, porque acho que e
da responsabilidade do Município, quando o Governo não dá resposta, garantir que ninguém fica
para trás. Acho que sobre essa situação não há nenhuma questão, a haver seria sempre por ter
sido tarde demais e não por qualquer outra razão
Há uma questão que tem de ser debatida, tem de ser colocada em cima da mesa, porque
há um ano que o Governo lançava como grande bandeira que em setembro de 2020 todas as cri-
anças teriam computadores e não eram só as crianças dos escalões A e B do ensino obrigatório
Falta cerca de dois meses para terminar o ano escolar, o Governo pretende cumprir aquilo que
prometeu? Deixava esta pergunta ao Senhor Presidente, tendo em conta que são do mesmo parti-
do e poderá ter alguma informação que nos possa acrescentar. Já não vai cumprir. É o habitual
já não se estranha.
Mais uma vez, é estranho que ninguém do Partido Socialista tenha feito qualquer referên-
cia sobre este assunto
O Senhor Presidente tem alguma informação quando é que o Governo vai entregar mais
alguns computadores?
Quando é que o Governo vai cumprir o que prometeu?
Mais uma vez, as autarquias vão ser sobcarregadas com estes custos. No entanto, estão a
dar a resposta, em substituição do Governo, face a uma necessidade que os nossos alunos têm
As crianças vão receber mais equipamentos?
É mais uma promessa levada pelo vento, estando as autarquias estão a assumir esta res-
ponsabilidade?
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Queria contradizer aquilo que diz o Deputado Francisco
Gaspar, porque não o fizemos tardiamente, fizemos na hora exata
Queria fazer uma saudação aos trabalhadores dos Serviços de Educação e de Desporto
que durante o fim de semana distribuíram pelas nossas escolas os computadores para que na se-
gunda-feira, dia do início das aulas, os equipamentos estivessem disponíveis para que os encar-



regados de educação os pudessem levantar. O meu agradecimento, em nome dos alunos do con-
celho, aos trabalhadores e a todos os que se dedicaram a esta causa pública, que é servir os cida-
dãos
Respondendo ao Deputado Francisco Gaspar, recordo que iniciei a conversa exatamente
dizendo que tive conhecimento, no âmbito do Conselho Geral, que já chegaram à escola cerca de
500 computadores para distribuir. A informação que eu tenho é que irão continuar a chegar mais
computadores para distribuir pelos alunos
Queria dizer, com toda a serenidade e toda a franqueza, sem nenhum trunfo na manga
que antes de fazermos este procedimento contactei o Governo para perceber se a autarquia faria
ou não este esforço financeiro, por forma a dotar os alunos de meios informáticos e Internet, ou
se os computadores estariam para chegar, pois caso estivessem para chegar não era preciso nós
comprarmos os equipamentos. O que me foi dito é que tiveram dois concursos que ficaram de-
sertos e que tinham um outro concurso, mas que os computadores não chegavam a tempo, pelo
que se nós pudéssemos fazíamos a aquisição dos computadores, daí que nós termos realizado o
respetivo procedimento
A informação que eu tenho é que o Governo tem tido os mesmos problemas que nós ti-
vemos relativamente aos procedimentos, uma vez que são concursos internacionais para o forne-
cimento destes equipamentos. Não foi um concurso, foram vários, tendo em conta a dimensão do
pacote de bens informáticos que estão a ser disponibilizados
Nem todos os municípios tomaram a iniciativa de disponibilizar meios informáticos para
os alunos do seu concelho
A Assembleia tomou conhecimento do Ponto Oito
A Presidente da Assembleia solicitou autorização para continuação dos trabalhos
pelas zero horas
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
PONTO NOVE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:
Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, no período compre-
endido entre 18 fevereiro e 21 de abril de 2021, o qual fica como anexo, fazendo parte integrante
da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presiden-
te da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: O Serviço Nacional de Saúde foi o salvador deste estado
que nos assolou a todos, e que ainda nos preocupa, no combate à pandemia. Também em Coru-
che é demonstrativo ao nível do Centro de Saúde, enfermeiros e médicos, que estão a contribuir
em larga escala para a vacinação no nosso concelho e só não vacinaram mais pessoas porque não



há mais doses de vacinas
Segundo os profissionais de saúde, a alteração do local do Centro de Vacinação, do Pavi
lhão Desportivo para a antiga Central de Camionagem, foi uma melhoria substancial das condi
ções de trabalho, estando gratos com a atual localização
Estes são os dados facultados pela gestão do Centro de Saúde no que diz respeito à ad
ministração de vacinas:
Utentes com 50 a 65 anos - 205 (1.ª dose);
Utentes com 66 a 79 anos - 2.745 - 1.ª dose; 210 (2.ª dose);
Utentes a partir dos 80 anos - 1.414 (1.ª dose) e 1.306 (2.ª dose);
Utentes de escolas, resposta social, profissionais de saúde e bombeiros - 430 (1.ª dose);
Utentes de Lares não licenciados, ERPI's e Casas de Acolhimento (estimativa) - 600 (2.
dose);
A informação que eu tenho é que o objetivo é no final da próxima semana conseguirmo
ter as pessoas com mais de 65 anos todas vacinadas com uma toma da vacina, o que é muito im
portante para a proteção dos utentes do concelho de Coruche
Existe disponibilidade por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia na identificação d
alguns utentes que não atendem o telefone ou que não têm telefone
Temos um nível de proteção considerável da população mais fragilizada e mais idosa
Ao dia de hoje, a situação epidemiológica no concelho de Coruche, segundo os dados d
Proteção Civil Distrital de Santarém, e confirmados com a Saúde, é a seguinte:
1.039 casos identificados no global;
20 casos ativos identificados;
Dos 1.039 casos identificados, 954 estão curados;
134 casos em vigilância
Ao dia de hoje, nós saímos daquilo que é a regra para entrarmos em concelho de nível d
risco. O nosso nível de risco é de 21 casos. Tendo em conta a dimensão do concelho e o número
de habitantes, ao termos 21 casos, baixamos daquilo que é a regra criada dos 120 casos por cen
mil habitantes, significa que já descemos, mas temos de estar atentos e vigilantes e cumprir aqui
lo que são as regras que estão estabelecidas no que toca à proteção da saúde
Queria, ainda, dar outra informação, até porque a situação já causou alguns transtornos
que tem a ver com a intervenção que está a ser feita por parte das Infraestruturas de Portugal, a
nível das sete pontes que atravessam o nosso aterro. No passado dia 26 de abril, fomos surpreen
didos com uma comunicação nesse sentido, que tem como objetivo a reparação das juntas de li
gação. A intervenção já está a decorrer nas três pontes a montante da Ponte Teófilo da Trindade
daí a utilização da Estrada de Meias ser a alternativa para a realização desta intervenção, que est



I	prevista ficar concluída no dia 4 de maio, mas há a expetativa de terminar antes da data prevista.
	No que toca à intervenção ao nível da Ponte Teófilo da Trindade, a mesma será feita com o trân-
	sito alternado.
	Também a partir de segunda-feira irá ser efetuada uma intervenção na E.N.114-3, mais
	propriamente na curva junto à propriedade designada de Santa Luzia, que tem como objetivo
	drenar a zona da valeta existente e os terrenos adjacentes, porque em períodos de muita chuva
	cria situações de alagamentos, podendo provocar alguns acidentes. O trânsito vai funcionar de
	forma alternada
	No âmbito da Atividade do Município, destaco o seguinte:
	Iniciaram funções: 2 Técnicos Superiores - 1 GPDE e 1 GIRPI; 1 Assistente Técnico no
	Serviço de Turismo e Organização de Evento; 4 Assistentes Técnicos/Reserva de Recrutamento -
	2 DUOT e 2 GPDE;
	A termo certo entrou 1 Técnico Superior - DPOE;
	Tomou posse o Chefe da Divisão de Projetos, Obras e Equipamentos;
	Estão a decorrer os seguintes concursos: 3 Técnicos Superiores - 1 DAG, 1 DPAE, 1
	DPOE; 15 Sapadores Bombeiros (6 externos e 9 regularizações); Comissão de Serviço em fase
	de abertura de procedimento para Chefe da Divisão Urbanística e de Ordenamento do Território;
	1 Fiscal - DUOT; 5 Assistentes Operacionais e 1 Encarregado Operacional - DPOE; 2 Assisten-
	tes Técnicos - 1DAG e 1 Serviço de Turismo; 4 Assistentes Operacionais - B-1; 1 2.º Coman-
	dante - B-15; 1 Assistente Operacional - Reserva de Recrutamento - DPAE;
	A termo incerto está a decorrer um concurso para 3 Técnicos Superiores - DEDIS (Pro-
	grama de Abandono do Insucesso Escolar que é financiado no âmbito da CIMLT);
	Projetos CEI e CEI+, aprovados - procedimentos concursais a decorrer 1 DPE - Serviço
	de Associativismo e Juventude; 1 DPE - Serviço de Museu e Núcleos;
	Mobilidade - 1 Técnico Superior - DAG;
	No âmbito do PEPAL, decorreram estágios profissionais nas áreas de História e Arqueo-
	logia/Património, Geografia e Planeamento/Arquitetura;
	Realizaram-se 29 ações de formação em e-learning;
	Quanto à Situação Financeira do Município, a nossa dívida é de 518.423,06 €, quase sem
	expressão. O Município apenas tem utilizado 5,85% do limite do endividamento;
	Programa das Cantinas Sociais: Vicentinas - 78 refeições (19 agregados apoiados); Cen-
	tro de Dia da Fajarda - 8 refeições (4 pessoas apoiadas); Centro de Dia do Biscainho - 10 refei-
	ções (2 agregados apoiados);
	No âmbito da COVID-19, foram encaminhadas e apoiadas pelos vários parceiros sociais
	57 pessoas (28 famílias);



Programa Municipal de Apoio em Parceria a Estratos Socias Desfavorecidos - 5 pedidos		
deferidos e 4 pedidos em análise;		
Programa "Casas com Gente" - 9 apoios ao arrendamento;		
Apoio 65 - Idosos em Segurança - monitorização e acompanhamento a cerca de 90 idosos		
em isolamento geográfico ou por afastamento de familiares;		
Atribuição de subsídios a IPSS na ordem de 24.500 € e no âmbito do apoio à COVID-19		
na ordem de 37.500 €;		
Abril Azul - Mês de Prevenção dos Maus Tratos a Crianças e Jovens;		
Projeto "Desporto Sénior de Coruche" - foram distribuídos cerca de 400 Kits de material		
desportivo;		
Investimentos mais relevantes:		
Ciclovia Montinho do Brito/Erra - 2.ª fase - obra concluída;		
Execução do Relvado Sintético dos Montinhos dos Pegos - obra concluída;		
Edifício Multifamiliar na Rua Direita/Travessa do Monteiro - obra em curso;		
Infraestruturação da Rua João Caraça, Rua da Vitória e Travessa da Escola, em Vale		
Mansos - obra concluída;		
Requalificação da E.M. 515 (3.ª fase), entre a Rua dos Olhos de Água e o limite do con-		
celho, no Biscainho - obra em curso;		
Pavimentação da Rua das Amoreiras, na Azervadinha - obra em curso;		
Substituição da cobertura de fibrocimento com amianto na E.B.2.3 Dr. Armando Lizardo		
e E.B.I/J.I do Couço - obra em curso;		
Reparações de arruamentos diversos em Coruche - Avenida Nossa Senhora do Castelo,		
Rua de Salvaterra de Magos, Avenida Luís de Camões e zona envolvente ao Parque do Sorraia -		
obra em curso;		
Colocação de painel de azulejos na Creche da Azervadinha;		
Reabilitação dos muros da Escola do Bairro Novo;		
Reabilitação da travessia no Rio Sorraia em Entre-Águas - reposição da passagem para os		
agricultores;		
Execução de passeios em Vale Mansos e na Lamarosa;		
Reabilitação de aqueduto na Rua do Vale, na Fajarda;		
Reparação do pavimento na Avenida Luís da Camões;		
Reabilitação da zona verde envolvente ao Campo de Ténis e Padel, com a colocação de		
árvores e relva;		
Substituição de sinalização na Lamarosa e na Ponte da Escusa;		
Aquisição de Serviços de Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas –		



Herdades dos Concelhos e dos Concelhinhos;	
Reabilitação do Edificado no Bairro 23 de Junho, no Couço - obra adjudicada;	
Reabilitação do Edificado no Bairro da Liberdade, no Couço - em fase de apresenta	ação
das peças do procedimento contratual;	
Requalificação da Rua de Coruche, na Salgueirinha - em fase de adjudicação da obra;	
Arranjos exteriores e ordenamento da entrada da E.B.2.3 - obra adjudicada;	
Requalificação do Largo da Erra - obra adjudicada;	
Construção do Núcleo Escolar do Biscainho - em fase de apresentação de propostas;	
Construção do Núcleo Escolar da Erra - obra adjudicada;	
Infraestruturação e Pavimentação da Rua António Pardal, em Foros do Paúl e Rua	Dr.
Avelar, em Valverde - obra adjudicada;	
Pavimentação da Rua da Reforma Agrária, em Santana do Mato - obra adjudicada;	
Pavimentação da Rua da República Popular de Angola e Rua 5 de Outubro, em San	tana
do Mato - obra adjudicada;	
Construção da Incubadora de Empresas - Polo 2 - obra adjudicada;	
Requalificação Paisagística da Calçadinha/Mobilidade Para Todos - obra adjudicada; -	
Substituição de cobertura de fibrocimento com amianto na Escola Secundária de Coru	ıche
- obra adjudicada;	
Edifício Multifamiliar na Rua Júlio Maria de Sousa - em fase de apresentação de de	ocu-
mentos de habilitação;	
Rede de Autocaravanismo de Coruche - obra adjudicada;	
Reabilitação da Ciclovia Bairro Novo/Montinho do Brito - peças de procedimento	em
elaboração;	
Requalificação do Centro Social do Rebocho - peças de procedimento para aprovação	;
Alentejo 2020 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, na Fajarda - aprovação	o da
candidatura;	
Programa "Lojas com Gente" - 5 candidaturas em análise;	
Pontes para a Igualdade 2021;	
Comemorações do 47.º Aniversário do 25 de Abril;	
PROVERE - Concurso de Ideias e Criatividade + Sustentabilidade + Empreendedorism	mo;
A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais	
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Senhora Presidente, queria saudá-la	pe-
la excelente gestão do tempo que fez, porque o Senhor Presidente da Câmara tem 10 min	utos
para intervir e teve 30 minutos. Parabéns, fez uma excelente gestão do tempo, como é seu háb	oito.
Ao contrário do Senhor Presidente da Câmara, eu não posso ficar descansado com a	aná-



ATA N.º 28 SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021

lise que nos apresentou em relação à vacinação. De acordo com os números apresentados, apenas 1.516 pessoas têm a segunda dose da vacina, significa que menos de 10% da população do concelho está vacinada. Não podemos sair daqui satisfeitos, nem despreocupados. Fazendo uma conta rápida, se apenas 10% da população foi vacinada, em dois meses, facilmente percebemos que são precisos, no mínimo, vinte meses para vacinar a população. Não fico nada tranquilo, nem descansado, muito pelo contrário. Se formos ver as pessoas de menos de 80 anos, apenas 210 pessoas têm a segunda dose da vacina, o que é altamente preocupante. Coruche é o concelho no distrito de Santarém com mais casos positivos, com mais casos em vigilância e em termos de rácio, infelizmente, somos o concelho que também teve mais mortes. Tendo em conta o número de casos ativos, confesso que não tinha noção de quanto era preocupante os números que o Senhor Presidente apresentou. ----------- Relativamente à substituição do fibrocimento com amianto nas escolas e de a Câmara se substituir ao Governo, é daqueles casos que não levanta grandes dúvidas, só pode é pecar por atraso e nunca pela importância dessa execução. Recebi algumas informações de preocupação por parte dos pais ao verem a realização desses trabalhos depois das escolas reabertas. Não nos podemos esquecer que as escolas estiveram fechadas durante dois meses. Gostava que o Senhor Presidente nos pudesse explicar se essa intervenção decorreu já com as escolas em funcionamento ou se foi apenas a intervenção final do novo isolamento. -------------------------- Em relação à abertura do SAP 24 horas por dia, o Senhor Presidente tem alguma informação sobre este tema? ----------- Recebi a informação que o Município fez a aquisição das flores para as comemorações do 25 de Abril a uma empresa de um concelho vizinho. É verdade? Para o Município não existem floristas no concelho? Tendo em conta as enormes dificuldades que o nosso comércio tem passado, não seria sensato fazer este tipo de aquisições, ou outras, a comerciantes e a produtores do nosso concelho? ----------Na sessão de 13 de novembro de 2020, o Partido Socialista apresentou um documento, que foi votado, por unanimidade, que expressava estar amplamente desiludido e defraudado com as opções do Governo relativamente ao nosso concelho e que essas decisões punham em causa, nomeadamente, a viabilidade do Parque Empresarial do Sorraia, como diz no próprio texto "que será drasticamente prejudicado na sua dinâmica de investimento, pelo adiamento destas importantes infraestruturas rodoviárias" e, ainda, "solicitar ao Governo esclarecimentos e o agendamento de reuniões com o governante ou governantes responsáveis por estas áreas, bem como, com os Grupo Parlamentares, na Assembleia da República, eleitos pelo círculo eleitoral de Santarém, de modo a que possamos sossegar e dar alento aos nossos munícipes". Eu não tive conhecimento que tenha sido executada nenhuma destas atividades aqui apresentadas e que tenha ha-



	vido qualquer reunião com governantes ou até com os Grupo Parlamentares da Assembleia da				
	República eleitos pelo distrito de Santarém. Gostava que o Senhor nos pudesse elucidar se esta				
deliberação da Assembleia Municipal foi cumprida, se não foi cumprida, ou se foi					
	foi ignorada porque é que foi ignorada				
	A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara				
	O Presidente da Câmara referiu: Em relação ao Plano Nacional de Investimentos, há um				
	conjunto de expetativas que ficaram paradas para a região da Lezíria do Tejo				
	No caso de Coruche, o IC10 e o IC13, a travessia do Vale do Sorraia, são fundamentais				
	para a atividade económica do concelho, mas acima de tudo para desviar da nossa vila a compo-				
	nente do trânsito pesado que não trás nada de bom, só contribui para a degradação dos pisos das				
	nossas estradas, para o desassossego e o não descanso daqueles que habitam na proximidade des-				
	tas artérias, face àquilo que é a dimensão do trânsito				
	Esse documento que foi subscrito pela Assembleia Municipal faz todo o sentido para				
	mostrarmos toda a nossa insatisfação				
	Os autarcas da Lezíria tiveram uma reunião com o Ministério das Infraestruturas, no sen-				
	tido de manifestar e reivindicar o descontentamento pelo facto de não estar previsto para o distri-				
	to de Santarém praticamente nenhuma intervenção. Nessa sequência, os municípios ficaram de				
	fazer um documento a identificar as várias necessidades. Pedimos o agendamento de reuniões				
	junto do Governo para discutirmos essa matéria, mas, até ao momento, não foi indicada nenhuma				
	data precisa para que possamos fazer essa abordagem, essa reivindicação, tão importante para o				
	nosso concelho em termo da travessia do Vale do Sorraia (e já não falo do IC10 e do IC13)				
	Era importante que essa possibilidade de fundos para reforçar a atividade económica do				
	país, das empresas, do apoio social, da saúde e de outras áreas, pudesse também ser disponibili-				
	zada para um conjunto de lacunas associadas a infraestruturas				
	No que diz respeito às flores, não faço a menor ideia onde foram compradas. É óbvio que				
	nós damos preferência à aquisição de todos os materiais no concelho de Coruche. A quantidade				
	de cravos que comprámos este ano foi substancialmente dez vezes inferior àquela que costuma-				
	mos comprar, tendo em conta as atividades no âmbito das comemorações do 25 de Abril que fo-				
	ram realizadas. Deve haver uma razão para essa situação				
	Quanto à abertura do SAP 24 horas, posso-lhe dizer que aquilo que foi abordado no âm-				
	bito desta redução de horário, face à circunstância da COVID-19 e à necessidade de ter Assisten-				
	tes Operacionais, Assistentes Técnicos e Enfermeiros em duplo horário para situações relaciona-				
	das com esta pandemia. Assim que esta questão ficasse mais debelada o serviço retomaria a				
	abertura 24 horas por dia. É um serviço público e, obviamente, que há recursos que têm de estar				
	afetos ao serviço publico para servir as pessoas				



Espero que quando nós nos tivermos de bater por essa reabertura, se assim não acontece
que o Deputado esteja ao meu lado a lutar por um serviço público no que toca à saúde dos cor
chenses
Sobre a remoção do fibrocimento com amianto, posso-lhe dizer, garantidamente, que a
E.B.I/J.I do Couço e na E.B.2.3 de Coruche os trabalhos decorreram num período em que na
havia alunos nas aulas. Também quando os alunos regressaram às aulas as coberturas metálic
já estavam colocadas. Não contratámos só a substituição de chapa por chapa, mas ainda outr
reparações e é isso que a empresa está a executar
Perguntar-me-á como é que se vai fazer na Escola Secundária. Ainda não sei, temos o
encontrar um plano para a execução a obra
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Esteve presente o Senhor António Duarte Filipe da Silva, residente na Rua Direita, n.º 3
em Coruche, expondo o seguinte:
Agradeceu à Senhora Presidente, por ter permitido que entregasse um conjunto de pe
guntas, por escrito, na anterior sessão da Assembleia Municipal, porque devido a motivos profi
sionais, decorrentes de alterações aos horários dos seus fornecedores, face à pandemia, não la
era possível estar presente até ao final da sessão.
Considerou que a Câmara pavimentou parte da zona ribeirinha da vila de Coruche, m
não aproveitou a oportunidade para retirar a calçada existente na Avenida Luís de Camões, qu
os habitantes da zona continuam a queixar-se de perturbações, do ruído, das rachas ao nível de
edifícios e, ainda, ao nível da redução da velocidade do tráfego automóvel. Porquê gastar dinhe
ro ao lado do problema?
Referiu que há mais um estabelecimento comercial, na Rua Direita, em Coruche, qu
existe há décadas, o qual vai passar para outra zona da vila, que até agora tem estado livre de v
rias intervenções por parte do Município. Ainda antes da pandemia, na zona do Centro Histório
encerrou um estabelecimento de artigos de pesca
Recordou que existe um terreno que é usado para parque de estacionamento ao lado o
sua mercearia, contra o qual se manifesta há anos. São provas do insucesso das medidas surd
de urbanismo e da suposta revitalização do Centro Histórico, ao qual foi retirado os passeio
Questionou, ainda, se a Câmara está a pensar colocar lombas para reduzir a velocidade das viat
ras no percurso pedonal do Centro Histórico, radares de controlo de velocidade ou semáforos?-
Salientou que em junho de 2020, devido à pandemia, foram atribuídos apoios monetário
às empresas que se viram obrigadas a fechar por imposições do Governo. Segundo a comunic
ção social, esses apoios foram apelidados de balões de oxigénio. Questionou quantos negócio
apoiados, pois supostamente estavam em dificuldades, fecharam para férias pouco tempo depoi



Foram soltar o oxigénio	ono Algarve?								
A Presidente da Assembleia agradeceu ao munícipe a sua presença									
ENCERRAMENTO:- E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu									
encerrada a sessão, às zero horas e quarenta e seis minutos, do dia um de maio de do									
te e um, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Nelson Fernando Nunes Galv									
Primeiro Secretário, subscrevo:									
	O Primeiro Secretário								
	A Presidente da Assembleia Municipal								